



FLD
projetos de vida
actaliança

TRAVESSIAS TRANSFORMADORAS

NO PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS



**TRAVESSIAS
TRANSFORMADORAS**
NO PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS



Porto Alegre/RS
Fundação Luterana de Diaconia (FLD)
2020

Travessias Transformadoras no Programa de Pequenos Projetos 2020

Fundação Luterana de Diaconia
Rua Dr. Flores, 62/sala 901, Porto Alegre - RS - Brasil
CEP 90020-120
Telefone +55 51 3225 9066
fld@fld.com.br | www.fld.com.br

Diretoria Executiva

Presidenta *Eloí Siegert Peter*
Vice-presidente *P. Fabio Bernardo Rucks*
Secretário *Herbert Emil Knup*
Vice-secretária *Tatiane Gaulke*
Tesoureira *Cleci Terezinha Koch*
Vice-tesoureiro *Felipe Zarnott Menezes*

Secretaria Executiva

Pa. Cibele Kuss

Coordenadora Programática

Marilu Menezes

Coordenadora Administrativa

Carla Teifke

Comissão de Avaliação de Projetos 2017 - 2019

Ana Mercedes Sarria Icaza
Carlos Schmidt
Gabriel Kraychete
Herbert Emil Knup
Jaime José Ruhtmann
Julio Cesar Schweickardt
Nádia Mara dal Castel de Oliveira
Odete Zanchet
Patrícia Braga Lovatto
Pietra Borchardt

Equipe FLD 2017-2019

Alan Gabriel de Lima Serpa
Amanda Beatris de Souza Coelho
Angelique van Zeeland
Dirci Bubantz
Fernando Pires Moraes Aristimunho
Julia Rovena Witt
Juliana Mazurana
Julio Cezar Zellmann
Marivone Pereira
Marluí Tellier Ferreira
Patricia Weege da Silveira Espindola
Rogério Oliveira de Aguiar
Scheila Morgana Brito
Susanne Buchweitz
Thais Evelyn Kuhnrich de Oliveira

Autora

Fundação Luterana de Diaconia

Revisão

Francine Facchin Esteves

Projeto gráfico e edição de arte

Cristina Pozzobon

Esta publicação está disponível para download
no formato PDF no site de FLD-COMIN-CAPA,
no endereço:

<https://fld.com.br/publicacoes/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F981t Fundação Luterana de Diaconia Travessias Transformadoras no
Programa de Pequenos Projetos / Fundação Luterana de Diaconia. -
Porto Alegre : Fundação Luterana de Diaconia (FLD), 2020.
88 p. : il.; 21cmx28cm

ISBN 978-65-992277-0-7;

1. Projetos sociais - Justiça de gênero. 2. Diaconia transformadora -
Justiça socioambiental - Justiça econômica - Direitos humanos. I. Título.

CDU 305:33/36

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto - CRB 10/1023

TRAVESSIAS TRANSFORMADORAS

NO PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS



Porto Alegre/RS
Fundação Luterana de Diaconia (FLD)
2020

ÍNDICE

Apresentação	7
Ponte para transformar realidades de sofrimento	11
Processos, fluxos e dinâmicas: acompanhamento, partilhas e experiências no contexto do Programa de Pequenos Projetos da FLD	21
Diaconia: ação amorosa e transformadora em resposta aos sofrimentos	31
Justiça Socioambiental: na defesa dos territórios, a afirmação pela vida	43
Justiça Econômica: economia solidária afirmando a gestão democrática com justiça de gênero	57
Direitos: ações coletivas em caminhos transformadores	71



APRESENTAÇÃO

A diaconia cristã é sempre transformadora. É pela diaconia que Jesus se define a si mesmo, conforme Marcos 10.45: “O filho de Deus não veio para ser servido, mas para servir e entregar a sua vida pela multidão”.

Hildegart Hertel, diaconisa da IECLB (Presente!).

Apresentamos a publicação Travessias Transformadoras do Programa de Pequenos Projetos, em alegria e muita compaixão, no ano em que a Fundação Luterana de Diaconia celebra 20 anos de atuação e mais de 50 anos apoiando projetos de vida.

Esta é uma publicação sobre como o apoio a pequenos projetos transforma a vida de pessoas e territórios. De como a desigualdade também pode ser enfrentada, reduzida e Oxalá um dia sepultada. E de como a diaconia de Jesus é corajosamente inclusiva e constrange as vozes autoritárias de quem dorme e acorda com pedras nas mãos e no coração. Cremos que a transformação se faz a partir do e com o protagonismo de pessoas e grupos que vivem e não suportam as violências monstruosas sobre sua dignidade.

É uma sistematização de aprendizagens e da história do apoio a projetos e de histórias de projetos apoiados. A diaconia transformadora se atualiza ao longo dos anos e aprofunda sua incrível capacidade evangélica de dialogar com as diversidades, acolhendo tantos corpos e territórios “fora da ordem”. Foi por meio dessa crença que o Programa de Pequenos Projetos (PPP) da Fundação Luterana de Diaconia (FLD) brotou da fé sensível e visionária de pessoas luteranas.

A leitura das páginas iniciais traz fatos históricos sobre a sementeira do Serviço de Projetos de Desenvolvimento (SPD) da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), os impulsos para sua criação na década de cinquenta e sessenta, e, posteriormente, o surgimento do Departamento de Diaconia e a decisão pela continuidade do apoio a projetos por meio da criação da FLD no dia 17 de julho de 2000. Em 2010, o Fundo de Projetos passou a ser e a fluir como Programa de Pequenos Projetos (PPP).

A parte seguinte apresenta as áreas temáticas do Programa: Diaconia, Justiça Socioambiental, Justiça Econômica, Direitos e Ajuda Humanitária. A Diaconia é um fio lilás entre as áreas temáticas do PPP. Aponta que apoio e ajuda não podem acontecer de forma compulsória e



tutelar, com contrapartida moral quando da sujeição a jeitos de viver balizados por valores impostos. Compaixão, incidência política e ações de misericórdia se traduzem em projetos transformadores. É sempre impactante verificar que mesmo na mais profunda situação de desigualdades enfrentadas há irmandades que se juntam, reacendendo esperanças feridas pela dor. A diaconia cristã é sempre transformadora, como disse e viveu a Diaconisa Hildegart Hertel. É um posicionamento pelas gentes das multidões, periferias, florestas, quilombos, aldeias, ruas e picadas onde a justiça ainda não corre como um rio caudaloso.

No texto da área de Justiça socioambiental, há um compartilhar do desaguar de direitos no apoio e execução de projetos vitais diante do devastador cenário de violência ambiental e violação de direitos humanos em todos os biomas brasileiros. O apoio a projetos é como um grão de mostarda que resiste e persiste diante do imenso desafio de oposição ao poder da grilagem, grandes projetos de mineração, hidrelétricas, do agro-negócio e dos assassinatos de lideranças defensoras de suas comunidades e territórios. Nos últimos anos, ampliou-se a ação direta da FLD no bioma pampa, através do Projeto Pampa, do apoio estratégico e articulado a organizações no território e da criação do Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa. O conjunto de projetos apoiados nos últimos anos oferece um sopro de resistência e ânimo.

Justiça econômica narra processos e aprendizagens de uma área temática sustentada na economia popular solidária como uma estratégia de transformação social, comprometida com formas de produção e de troca justas. Realiza o apoio e acompanhamento a empreendimentos que atuam na defesa do comércio justo e solidário. Em 2019, o edital de justiça econômica apoiou ações de fortalecimento das mulheres de empreendimentos econômicos solidários por meio de atividades de formação e incidência, tendo em vista a justiça de gênero, o acesso às políticas públicas, bem como a participação plena e efetiva na gestão dos empreendimentos e nos espaços de controle social. A Rede de Comércio Justo e Solidário desafia comunidades e instituições luteranas a praticar o consumo responsável como expressão de fé e cuidado com a Criação.

A área de Direitos descreve a importância dos direitos humanos no apoio a movimentos sociais, coletivos e organizações da sociedade civil por meio de editais que têm trazido um conjunto de temas imprescindíveis, como o combate ao racismo, à violência de gênero e à discriminação contra coletivos LGBTQIA+. Há muito trabalho e movimento ainda a ser feito para realizar e efetivar todos os direitos humanos, aqueles declarados e reconhecidos e os que ainda não o foram. Há que se enfrentar as compreensões equivocadas sobre direitos que flertam com a meritocracia e o punitivismo.

A metodologia experienciada coletivamente no PPP é sustentada na educação popular, nas oficinas e encontros de formação, no acompanhamento aos projetos e das muitas trocas e diálogos que aguçam percepções, que criam novas e inventivas práticas para a construção de processos transformadores. Há muitos desafios na ampliação do acompa-

nhamento, de recursos, de sistematização de impactos e mudanças alcançadas. E todos esses desafios renovam e movem as capacidades para que o programa permaneça emanando vida em meio a contextos de injustiça.

Gratidão ao apoio político e financeiro de Pão para o Mundo (PPM) ao Programa de Pequenos Projetos ao longo de décadas. É uma parceria comprometida com a redução das violências e de todas as desigualdades que matam lideranças, silenciam denúncias e interrompem os sonhos de um outro mundo possível.

O Programa de Pequenos Projetos nos movimenta a seguir radicalmente em diaconia transformadora, resistência e muitas lutas. Em coro, nós nos unimos ao legado de Hildegart Hertel, diaconisa inspiradora e visionária, e de Marielle Franco, ativista negra e vereadora da cidade do Rio de Janeiro, assassinada em 14 de março de 2018, que incansavelmente lutou e gritou: “Não serei interrompida!”

Eloí Siegert Peter – presidenta da Diretoria da FLD

Pa. Cibele Kuss – secretária executiva da FLD





PONTE PARA TRANSFORMAR REALIDADES DE SOFRIMENTO

Susanne Buchweitz

O Programa de Pequenos Projetos (PPP) da Fundação Luterana de Diaconia (FLD) tem sua origem no Serviço de Projetos de Desenvolvimento (SPD) da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). O surgimento do SPD, em 1966, esteve associado ao movimento de iniciativas internacionais de ajuda, especialmente a partir dos anos 50, na África, Ásia e América Latina, para o combate à pobreza, à fome e a outros desafios sociais e econômicos. O impulso para a criação do SPD veio do Serviço de Desenvolvimento Comunitário (CDC) da Federação Luterana Mundial (FLM), a partir do “compromisso de desafiar as igrejas filiadas em sua preocupação diaconal e em sua responsabilidade social”.¹ Além da relação com a FLM, o SPD passou a fazer a intermediação de projetos com as agências de cooperação Pão para o Mundo (PPM) e Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento (EZE), da Alemanha, e Lutherhjaelpen, da Suécia.

No início da década de 70, as agências de cooperação passaram a questionar o direcionamento majoritário de recursos para o Sul do Brasil, comparado a situações de extrema pobreza em outras partes do país – Norte e Nordeste – e em outros países, especialmente da África. Com a diminuição de recursos, em 1978, a equipe do SPD foi dissolvida e o acompanhamento a projetos ainda em andamento foi incorporado à Secretaria Geral da IECLB.

O cenário mudou radicalmente na década de 1980. O surgimento de movimentos e organizações sociais e suas lutas pela redemocratização do país, com o fim do período da ditadura militar, serviram de estímulo para a renovação de apoios internacionais para os estados do Sul do Brasil. Conforme o historiador P. Dr. Rolf Schünemann, pastor da IECLB, “neste período o Conselho Diretor da IECLB aprovou as ‘Diretrizes para Projetos de Desenvolvimento’. Novas ênfases começaram a ser dadas aos projetos. Fruto de amplas discussões foi a criação, em 1988, do Departamento de Diaconia, vinculado originalmente à Secretaria de Missão”², que incorporou o SPD. Dessa forma, aconteceu a integração da ação diaconal e o serviço de projetos.

¹ Armani, D., Schmitt, C., Carvalho I. Diagnóstico Participativo do Serviço de Desenvolvimento (SPD) da IECLB - Relatórios Temáticos, P. 8, Porto Alegre, maio de 1999.

² 50 Anos da Criação do Serviço de Projetos de Desenvolvimento (SPD), Dr. Rolf Schünemann, historiador e pastor da IECLB, https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/fundacao-luterana-de-diaconia-fld/50-anos-da-criacao-do-servico-de-projetos-de-desenvolvimento-spd (acesso em 10/06/2020).



Já dentro do Departamento de Diaconia, com fôlego renovado, o SPD apoiou iniciativas transformadoras, na área de formação e conscientização, propostas por movimentos como o da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), transformado depois em Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), surgido a partir das mobilizações de famílias agricultoras contra a construção de usinas hidroelétricas na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; e iniciativas propostas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nascido da luta de famílias agricultoras pelo acesso à terra. Outra iniciativa foi o apoio ao Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), na sua luta e denúncia contra o HIV/Aids.

A ampliação das responsabilidades e das ações do Departamento de Diaconia e mais o intenso trabalho na área de projetos desafiavam a realização de planejamentos anuais, a atualização de políticas, a qualificação de ferramentas de acompanhamento e avaliação de projetos, de captação de recursos nacionais, entre outras questões. “Um planejamento estratégico poderia estabelecer, atualizar e/ou reformular os objetivos de longo e curto prazo do SPD, bem como situar suas estratégias políticas no campo do desenvolvimento social, da relação com as agências financiadoras e dos projetos apoiados.”³

Essa situação levou à realização de um Diagnóstico Participativo, em 1998-1999, que resultou em uma série de recomendações apresentadas à IECLB, incluindo temas como captação de recursos, fortalecimento organizacional, revisão e aperfeiçoamento de procedimentos de análise e acompanhamento de projetos e fortalecimento da divulgação e comunicação do trabalho do SPD. Um dos resultados foi a criação da FLD, em 2000, por decisão do Conselho da IECLB, que incorporou o SPD com o nome de Fundo de Projetos.

A criação da FLD buscou ampliar a voz e a ação profética da IECLB, na transformação de realidades de sofrimento e de exclusão. Como organização da sociedade civil, de personalidade jurídica, assumiu o papel de intermediação de recursos de apoio a grupos vulnerabilizados e comunidades empobrecidas, em todo o território brasileiro.

O Fundo de Projetos passou a atender iniciativas em quatro áreas: Geração de trabalho e renda; Educação popular; Agricultura familiar e ecologia; e Saúde comunitária. Os projetos encaminhados eram analisados pela equipe programática, verificando-se sua viabilidade e adequação aos critérios de apoio, e depois apresentados à Comissão de Avaliação de Projetos, uma instância já existente no antigo SPD. O acompanhamento se dava por meio de visitas, contatos por e-mail e telefone, relatórios narrativos, relatórios financeiros e prestação de contas.

A partir de 2010, o Fundo de Projetos passou por mudanças profundas em seus processos e procedimentos. A Comissão de Avaliação de Projetos ganhou uma composição mista, formada por pessoas de renomado saber, tanto da IECLB quanto de fora da IECLB. Além

³ Armani, D., Schmitt, C., Carvalho I. Diagnóstico Participativo do Serviço de Desenvolvimento (SPD) da IECLB - Relatório Geral, P. 113, Porto Alegre, maio de 1999.



de ampliar a abrangência dessa instância, tal formato permitiu um papel mais estratégico para a comissão, em termos de discussão das áreas temáticas e temas relevantes ao desenvolvimento transformador e da reflexão sobre escolhas e resultados dos projetos.

As áreas temáticas foram redefinidas e passaram a ser cinco: Justiça Econômica, Justiça Socioambiental, Direitos, Diaconia e Ajuda Humanitária, mais consistentes e intimamente relacionadas aos temas dos direitos humanos, diaconia transformadora e desenvolvimento sustentável.

A transformação do nome de Fundo de Pequenos Projetos para Programa de Pequenos Projetos (PPP), nessa mesma época, se deu pelo reconhecimento da dimensão maior do PPP como simples apoiador financeiro. O trabalho vai muito além: inclui parceria com grupos apoiados, articulação dos projetos com outras iniciativas da FLD e formação oferecida a partir da demanda dos grupos.

Os temas da Justiça de Gênero e Justiça Socioambiental tornaram-se requisito na elaboração e execução de projetos, a partir das políticas criadas pela FLD (a Política de Justiça





de Gênero foi aprovada pela Assembleia Geral em 2014 e a de Justiça Socioambiental, em 2018). Optou-se pela publicação de editais anuais, elaborados para responder aos contextos social, político, econômico, cultural, ambiental e religioso de cada período.

A área de Ajuda Humanitária surgiu em 2011, a partir de impulsos vindos de comunidades da IECLB afetadas por desastres e do vínculo institucional da FLD com a Aliança ACT (Action by Churches Together), uma coalizão global de igrejas e organizações baseadas na fé, que trabalha nas áreas de Ajuda Humanitária, Desenvolvimento e Incidência. A atuação da FLD se dá na parceria com sínodos e comunidades da IECLB, com organizações ecumênicas e igrejas ligadas ao Fórum Ecumênico ACT Brasil (FE ACT Brasil) e no apoio à sociedade civil e movimentos sociais diretamente envolvidos em situações de crimes e desastres ambientais.

Dois projetos apoiados via PPP podem ser destacados: o primeiro, encaminhado pela **Comissão Pastoral da Terra Acre (CPT)**, em 2015, com o objetivo de contribuir no processo de retirada de famílias, para a coleta de alimentos e de roupas, destinadas às populações atingidas por inundações resultantes de fortes chuvas, em todo o estado; o segundo, encaminhado em 2019 pelo Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), para atuação da **Brigada de Solidariedade da Via Campesina Brasil**, com atuação junto ao Rio Paraopeba, em Brumadinho (MG), profundamente afetado pelo crime ambiental da empresa Vale. O projeto apoiou a produção de materiais de comunicação, a realização de mutirões e rodas de con-



versa, o encaminhamento de denúncias a fóruns internacionais, como o Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2019, e a instauração de CPIs na Câmara Municipal de Brumadinho, Assembleia Legislativa de MG, Câmara e Senado Federal. Um dos resultados concretos, após intensa mobilização popular, para a qual a Brigada de Solidariedade contribuiu, foi **a criação de uma nova Lei de Segurança de Barragens de Minas Gerais**.

Por ocasião dos 15 anos da FLD, em 2015, o PPP passou por **uma Avaliação Participativa**, com amplo envolvimento da equipe e dos grupos apoiados. Estes foram ouvidos durante encontro realizado em setembro, em Porto Alegre (RS), especialmente sobre justiça de gênero, editais, formulários, acompanhamento e articulação entre os grupos.

Participaram do encontro 41 pessoas representantes de 32 organizações, vindas de nove estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Ceará e Pernambuco. Rodas de diálogo possibilitaram a apresentação do trabalho de alguns grupos e sua relação com o PPP: Rede Agroecológica Metropolitana (Rama); Direitos Quilombolas, Comunidade Quilombola Rincão da Xirca; Direitos das mulheres trabalhadoras, Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra), Comércio Justo, pelo Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil (Faces); Democratização da Comunicação, pela Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadoras e Comunicadores (Renajoc); HIV/Aids, Associação Cariense de Luta Contra a Aids; Juventude negra, Instituto Universidade Popular (Unipop); e Intolerância religiosa, pela Rede Ecu- mênica da Juventude (Reju).

Junto com nove outras organizações, a FLD participou da **Articulação dos Fundos para Apoio a Pequenos Projetos no Brasil** até 2006. O objetivo da articulação era fortalecer as organizações enquanto protagonistas capazes de gestar políticas sociais e novas relações de poder em seu contexto local. Também incluía a busca de novas ferramentas de análise, monitoramento e avaliação de projetos sociais e estratégias de apoio e definição de prioridades, tendo como suporte a perspectiva de trabalho integrado e otimização dos recursos disponíveis.

Entre 2011 a 2018, a FLD fez parte da **Articulação Nacional de Fundos Solidários**, que estava voltada ao tema da Economia Solidária e tinha coordenação da Cáritas.

Desde 2008, a FLD integra a Rede de Organizações de Programas e Fundos de **Pequenos Projetos da América Latina e Caribe**, apoiada por Pão para o Mundo. O objetivo da rede é promover fundos e programas como instrumentos eficientes para a superação das desigualdades, difundir suas realizações e impactos e intercambiar experiências no âmbito de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA).

Participam organizações de seis países: do Brasil, a Fundação Luterana de Diaconia (FLD), a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e o Fundo Brasil de Direitos Humanos; Unitas, da Bolívia; Corporación Fondo Ágil (Cofa), do Equador; Centro Regional Ecuménico (Creas) e Servicio Evangélico de Diaconía (Sedi), da Argentina; Ita-Cho, da Colômbia; e Aportes, do Peru.

Em 2014, o encontro ocorreu em Porto Alegre (RS), sediado pela FLD e organizado em parceria com a Oficina Conjunta de Projetos (OCP) vinculada à Igreja Evangélica do Rio da Prata (IERP), ambas da Argentina. Teve como principal encaminhamento a necessidade de se criar estratégias de visibilidade e relevância aos Fundos e Programas de apoio a pequenos projetos.

Cabe ressaltar que a atuação do PPP trouxe resultados que vão muito além dos projetos apoiados. Um destes é parceria com o **Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)/RS**, que nasceu do apoio a grupos, associações e cooperativas, e deu origem à elaboração e execução conjunta de seis grandes projetos, entre 2005 e 2018.

O apoio do PPP a dois projetos da Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (Alice), de Porto Alegre (RS), resultou na parceria e envolvimento da FLD, de 2007 a 2009, no projeto **Direito à Memória e à Verdade, desenvolvido pela Alice, com apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH)**, com a criação de 40 Memoriais “Pessoas Imprescindíveis”, instalados em municípios de várias regiões brasileiras; da mostra fotográfica “A Ditadura no Brasil 1964-1985”, que circulou por mais de 60 cidades no Brasil e exterior, chegando a um público superior a 3 milhões de pessoas; e na promoção de eventos com palestras e debates sobre a ditadura militar. Em 2009, a exposição, ainda com a participação da FLD, fez parte do Fórum Social Mundial realizado em Belém do Pará (PA), aumentando sua visibilidade internacional.

A experiência no trabalho com o PPP também resultou em um convite feito à FLD para integrar o Conselho Gestor do **Fundo Ecumênico de Solidariedade da Campanha da Fraternidade Ecumênica (CFE) 2010**, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em parceria com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic). Os recursos arrecadados pelo Fundo foram destinados ao apoio de iniciativas de desenvolvimento de uma economia fundada na solidariedade, na cooperação e na convivência harmoniosa com a terra, com vinculação direta ao tema da CFE “Economia e Vida”.

A partir dessa iniciativa, a FLD abriu o Edital III/2010, voltado a iniciativas diaconais no campo da economia solidária. Ele foi resultado de uma **promoção conjunta da FLD e Secretaria de Ação Comunitária (SAC) da Secretaria Geral da IECLB**. O edital atendeu projetos encaminhados por comunidades e/ou instituições diaconais vinculadas à IECLB. Os recursos vieram do FPP e do fundo da IECLB criado a partir de coletas e outras doações vindas das comunidades luteranas, destinadas diretamente para a IECLB, na Campanha da Fraternidade Ecumênica. Outro resultado refere-se a publicações sobre o PPP. Em 2007, foi lançado o caderno **Nossa história e projetos - avanços e desafios**, após seminário de mesmo nome, promovido pela FLD com organizações parceiras no Rio de Janeiro (RJ). Entre os objetivos do seminário estavam a atualização de informações sobre as organizações apoiadas pelo PPP, a formação sobre projetos sociais no contexto da globalização e da espiritualidade e sobre instrumentos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA).

Em 2010, a publicação **Dois Rios - Um diálogo entre Juventudes e Projetos Sociais** focou nas



experiências de juventudes em projetos sociais, com 10 grupos apoiados pela FLD no Rio Grande do Sul e 10 grupos apoiados pelo Saap/Fase no Rio de Janeiro. Além da publicação, a sistematização resultou em um vídeo com depoimentos de jovens atuantes em projetos sociais.

Em 2013, foi publicado, em espanhol e em alemão, um estudo de caso de quatro programas de pequenos projetos da América do Sul, incluindo o PPP, com o título **¿Qué impactos tiene el fomento de pequeños proyectos para las personas de grupos de autoayuda y las personas de grupos de base?** A autoria foi do representante de Pão para o Mundo, Henning Reetz.



A publicação **Economia Solidária - Diaconia - Desenvolvimento Transformador**, lançada em 2014, sistematizou os resultados e os processos metodológicos de apoio a projetos na área da justiça econômica, servindo também como ferramenta de formação ao reunir elementos de reflexão produzidos pela FLD no âmbito da diaconia transformadora.

Outras iniciativas e redes constituídas pela FLD tem origem no PPP. A exposição interativa **Nem tão Doce Lar**, adaptada em 2006 pela FLD a partir da exposição alemã Rosenstrasse (Rua das Rosas), da agência alemã Pão para o Mundo, recebeu apoio inicial do programa. A **Rede de Comércio Justo e Solidário** nasceu da relação com grupos da Economia Solidária, construída via PPP. A **Rede de Diaconia** foi gestada a partir dos apoios do PPP e na relação de parceria com a Coordenação de Diaconia, Secretária de Ação Comunitária e Secretaria Geral da IECLB.

O PPP é instrumento essencial na consolidação dos objetivos da FLD, no seu papel de promoção do desenvolvimento e da diaconia transformadora, com justiça de gênero e justiça socioambiental. É uma metodologia fundamental para a democratização do acesso a recursos - tanto financeiros quanto de acompanhamento programático - de grandes fundos e de agências, por parte de grupos e movimentos sociais que têm conhecimento e capacidade para transformar e mudar realidades de sofrimento, de pobreza e de exclusão, mas que, de outra forma, não teriam como acessar essa possibilidade de apoio.

A atuação do PPP pressupõe protagonismo dos grupos apoiados. Envolve participação, promoção de autonomia, desenvolvimento de capacidades, não discriminação, não racismo, reafirmação de direitos, incidência em políticas públicas, promoção da cultura da paz e de mudanças coletivas de consciência, no conjunto plural da sociedade brasileira e no mundo.

Legendas das fotos

Página 13 - 1| Encontros sobre Gestão Democrática com Justiça de Gênero, com projetos apoiados (Porto Alegre/RS, novembro de 2018)

Página 14 - 1|2| Encontros sobre Gestão Democrática com Justiça de Gênero, com projetos apoiados (Porto Alegre/RS, novembro de 2018)

Página 17 - 1|2| Encontros sobre Gestão Democrática com Justiça de Gênero, com projetos apoiados (Porto Alegre/RS, novembro de 2018)

Susanne Buchweitz

Jornalista, editora e produtora de conteúdo, atuou como assessora de comunicação da FLD entre 2010 e 2019.







PROCESSOS, FLUXOS E DINÂMICAS: ACOMPANHAMENTO, PARTILHAS E EXPERIÊNCIAS NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS DA FLD

Julia Rovena Witt | Marilu Menezes

“Companheira, me ajuda, que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor!” (Ciranda de luta das mulheres)

A força e a potência da coletividade para os processos de transformação da sociedade são pulsantes nos mais diversos territórios, de sul a norte do país. Atravessam distâncias, percorrem caminhos, convergem ações. Na superação de contextos de violação de direitos, na defesa da sociobiodiversidade, na promoção da economia popular solidária, ali está a coletividade, construindo outros mundos possíveis.

É no reconhecimento da importância e da força das ações comunitárias e colaborativas que se funda o Programa de Pequenos Projetos da FLD, que visa fortalecer grupos organizados da sociedade civil e movimentos sociais, instituições diaconais e ecumênicas, redes, empreendimentos de economia solidária, cooperativas e associações, na defesa de direitos, por meio do apoio e acompanhamento a projetos.

O Programa atua a partir de cinco áreas temáticas - Justiça Econômica, Justiça Socio-ambiental, Diaconia, Direitos e Ajuda Humanitária - e sua metodologia perpassa pela formação, por meio de oficinas e encontros, e pelo acompanhamento, que contempla momentos de diálogos, reuniões e visitas aos grupos apoiados. Nesse sentido, coloca-se também como um programa de apoio que busca trilhar caminhos conjuntos e contribuir na construção de processos transformadores, por meio de trocas e partilhas.

É interessante notar como processos de trocas e partilhas a partir de projetos e iniciativas executadas pela própria FLD geraram aproximações e conhecimentos sobre determinados territórios e suas demandas, bem como com diferentes públicos, trazendo elementos que passaram a indicar a importância de apoios em regiões ou a frentes de atuação específicas. A Rede de Comércio Justo e Solidário, consolidada a partir de ações da FLD no campo da eco-



nomia solidária, congrega diferentes empreendimentos econômicos populares que já tiveram projetos apoiados por meio do Programa de Pequenos Projetos. O mesmo tem acontecido com ações no campo da articulação e incidência na área da economia popular solidária, como o fortalecimento de redes e fóruns. A exposição itinerante *Nem Tão Doce Lar*, que trabalha o tema de superação da violência doméstica, ao circular por diversas regiões do país, contribui para ampliar as articulações com coletivos de mulheres, de pessoas LGBTQIA+, de juventudes, abrindo canais junto a esses grupos e dando visibilidade a diferentes situações e seus contextos de atuação. Os projetos desenvolvidos juntamente com coletivos de catadoras e catadores de materiais recicláveis indicaram a necessidades relacionadas principalmente à estruturação de espaços de coleta e triagem, como também à processos de fortalecimento da gestão coletiva de associações e cooperativas. O Projeto Pampa, executado na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, evidenciou a ausência de organizações de apoio naquele território, o que orientou a elaboração de editais voltados especificamente para o fortalecimento de grupos atuantes nesse bioma. Assim, essas interfaces trazem também uma maior territorialidade de apoios, que têm sido mais expressivos na região sul do Brasil.

Essa estratégia passa igualmente a se ampliar, a partir de 2018, com a incorporação de COMIN e CAPA à FLD, trazendo foco maior à agroecologia e à defesa dos direitos dos povos indígenas. A atuação conjunta entre COMIN, CAPA e o Programa de Pequenos Projetos será tema do Projeto Político Pedagógico institucional, que está em elaboração.

O recebimento de projetos

O apoio a projetos por meio do Programa de Pequenos Projetos da FLD dá-se, prioritariamente, através de editais abertos anualmente, nas áreas temáticas de Justiça Econômica, Justiça Socioambiental, Direitos e Diaconia. Os projetos são enviados por meio de uma plataforma online, disponibilizada no site da FLD.

O Programa não considera para análise projetos enviados por pessoas físicas, de instituições privadas, órgãos públicos e de instituições de ensino superior. O foco está direcionado para ações da sociedade civil organizada, coletivos, redes, fóruns e movimentos sociais. Também grupos que não estejam formalizados podem participar dos editais, apresentando projetos em parceria com organizações já formalmente constituídas.

A avaliação dos projetos recebidos é realizada pela Comissão de Avaliação de Projetos da FLD, a qual é definida pelos órgãos de governança da organização, sendo composta por pessoas de referência nas diferentes áreas temáticas dos editais. Compete à comissão fazer a análise dos projetos apresentados e deliberar sobre sua aprovação, e partir do diálogo com as assessorias da FLD, que apresentam pareceres técnicos acerca das propostas recebidas. Após o processo de avaliação, os projetos aprovados são divulgados no site da FLD. Entre 2017 e 2019, treze editais foram lançados, resultando no apoio a 118 iniciativas.



Outra modalidade de apoio são os projetos pontuais, que envolvem especificamente a realização de atividades de formação, mobilização, eventos e projetos de ajuda humanitária. O recebimento de solicitações de apoio pontual é feito em fluxo contínuo, ao longo de todo o ano, por meio de contato prévio com a FLD através do e-mail institucional, contextualizando-se a ação pretendida e seus objetivos. O pedido é analisado pela Comissão Interna de Avaliação de Projetos, composta pela Coordenação Ampliada da FLD, responsável por deferir sobre a possibilidade de apoio. Ao longo desses três anos, 64 iniciativas pontuais de grupos foram apoiadas.

Projetos apoiados entre 2017-2019



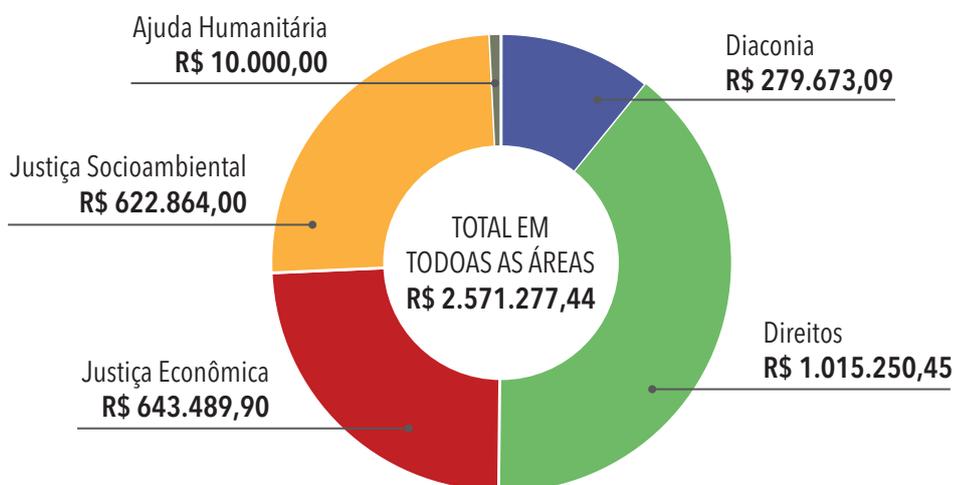
* O posicionamento das setas é meramente ilustrativo

Justiça de Gênero e Justiça Socioambiental, temas que orientam todas as dimensões de atividades desenvolvidas pela FLD, são também critérios transversais a serem considerados nos projetos. Para a FLD, **Justiça de Gênero é a existência de relações igualitárias de poder entre mulheres e homens e a eliminação de sistemas institucionais, culturais e interpessoais de privilégio e opressão, que fundamentam a discriminação. É compreendida na interseccionalidade com geração, etnia, classe social e orientação sexual.** Articulada com a Justiça de Gênero, está a compreensão de **Justiça Socioambiental, que perpassa pela promoção de relações justas entre os diferentes grupos sociais e o ambiente onde se inserem, como base para a construção de modelos de sociedade capazes de garantir a plena forma de vida de todos os seres do planeta.** Nessa compreensão, as dimensões econômica, política, social, cultural, sexual, ambiental e espiritual são indissociáveis e devem ser consideradas em todos os processos de atuação, de forma integrada, na busca por outras realidades, que considerem a humanidade como parte interconectada com a vida no planeta.

Dentro dessa perspectiva, o Programa de Pequenos Projetos busca apoiar ações que estejam também relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A cada edital, são evidenciados os ODS vinculados e para o alcance dos quais almeja-se que as ações possam contribuir

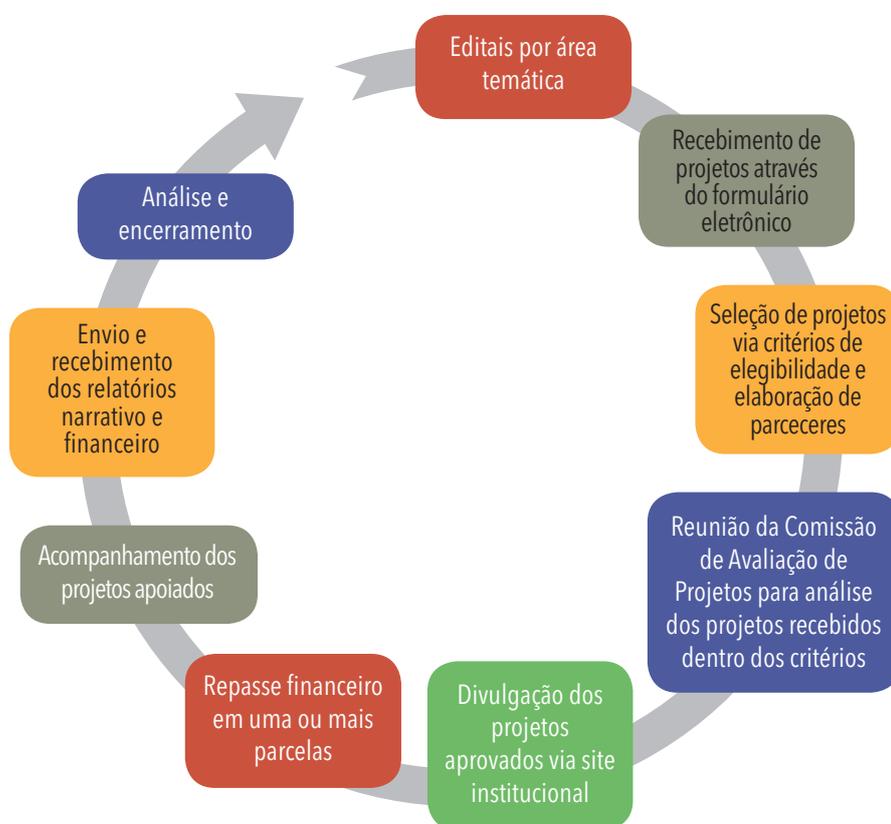
Além desses critérios, na análise dos projetos recebidos são considerados a coerência entre os objetivos, atividades, resultados esperados, cronograma e orçamento; o quanto o projeto irá fortalecer e/ou consolidar processos de governança e gestão participativa; o potencial de criar e/ou fortalecer articulações e redes e de incidir em políticas públicas; se há parceria com outras organizações e se a proposta foi elaborada de forma coletiva, envolvendo organização executora e público beneficiário.

VALOR TOTAL DE APOIO A PROJETOS NO PERÍODO 2017-2019





A figura a seguir apresenta as diferentes etapas que fazem parte do fluxo de recebimento e acompanhamento de projetos apoiados via editais. Para os projetos pontuais, há algumas mudanças nos passos iniciais e, após o repasse do recurso financeiro, seguem a mesma sequência de procedimentos.



Após a execução da ação, caso deseje participar de novos editais, é preciso que o grupo esteja com o projeto anteriormente apoiado já encerrado.

Processos de acompanhamento

O acompanhamento dos projetos, orientado pelos objetivos e resultados previstos, dá-se por meio de visitas, reuniões, encontros, correspondências eletrônicas, contatos telefônicos e materiais que são divulgados pelos grupos ao longo da execução dos projetos, como registros fotográficos, notícias e publicações, além dos relatórios narrativo e financeiro.

As visitas são realizadas geralmente a grupos geograficamente mais próximos aos territórios



de atuação da FLD e, também, quando da realização de assessorias em regiões em que haja projetos apoiados. Têm o objetivo de acompanhamento da atuação dos grupos e trocas sobre o andamento dos projetos. Configuram-se como momentos de escuta, compartilhamentos sobre as metodologias de planejamento, monitoramento e avaliação desenvolvidas pelos grupos, sendo espaços em que estes colocam as dificuldades e, também, as soluções encontradas na execução do projeto. Nas visitas, são igualmente feitas orientações em relação aos procedimentos para elaboração de relatórios e prestação de contas, firmando acordos e combinações que busquem refletir no bom andamento da execução dos projetos. Nesses momentos, têm-se evidenciado também o quanto o acompanhamento é fundamental para a aproximação entre grupos apoiados e FLD, ampliando e fortalecendo canais de diálogo. Além disso, são espaços de aprofundamento de conhecimento sobre os territórios, suas especificidades e demandas.

Juntamente com as visitas, outra forma de acompanhamento pode se dar por meio de reuniões de monitoramento ampliadas com grupos apoiados, por exemplo, quando os coletivos estão participando de eventos específicos de suas áreas de atuação - caso de projetos de Justiça Econômica, durante a Feira de Economia Solidária em Santa Maria (RS), em julho de 2018.

No encontro, a partilha de experiências e a construção de possibilidades

O Programa de Pequenos Projetos objetiva contribuir para a construção e o fortalecimento de processos de **gestão democrática com justiça de gênero junto** aos grupos apoiados. **Esta se dá por meio da consolidação de processos coletivos em que mulheres e homens participem de forma efetiva na tomada de decisões cotidianas e estratégicas, na definição de compromissos e direitos e na construção de conhecimentos, promovendo relações de gênero justas e igualitárias e gerando acesso de modo equilibrado a espaços de poder e governança.** Assim, as formações e encontros têm sido permeadas desse tema, buscando trazê-los para a reflexão - e para a prática - dos grupos.

• Oficinas de elaboração de projetos:

Como processos formativos e preparatórios para a elaboração e envio de projetos aos editais, são realizadas anualmente as oficinas de elaboração de projetos, envolvendo público de organizações, grupos e movimentos sociais, de diferentes regiões. Estas têm sido realizadas na sede da FLD, em Porto Alegre/RS e, também, em municípios do interior do RS, como Pelotas e Alegrete, territórios de atuação da FLD. Em encontros da Rede de Diaconia e da Rede de Comércio Justo e Solidário, o tema da elaboração de projetos já foi igualmente trabalhado. As oficinas configuram-se em espaços de aprendizagem acerca do passo a passo para a escrita de projetos, além de trocas de ideias sobre possibilidades de apoio, tipos de propostas possíveis de serem encaminhadas e, também, para tirar dúvidas em relação à submissão de propostas.



**• Encontros:**

Os encontros são espaços formativos ampliados, em que representantes de diferentes projetos apoiados se reúnem para compartilhar sobre ações desenvolvidas e, também, para a reflexão acerca de assuntos específicos. Buscando trabalhar o fortalecimento da justiça de gênero e da gestão democrática, foram realizados, em 2018, encontros com foco nesses temas, reunindo representantes de projetos das áreas de Justiça Econômica e de Direitos, em Porto Alegre/RS. Foram abordadas questões que envolveram análise de conjuntura, religiões e direitos humanos, o modelo de patriarcado presente na sociedade brasileira e suas implicações na vida das mulheres, economia solidária e espaços de discussão de direitos, consolidação de espaços de diálogos para a gestão e controle social de políticas públicas. Lançou-se igualmente um olhar mais aprofundado sobre os processos envolvidos na elaboração de instrumentos de gestão das organizações, como o Projeto Político Pedagógico, assim como a própria dinâmica do Programa de Pequenos Projetos na sua articulação com os grupos apoiados.

Além desses dois momentos específicos, destacam-se aqueles realizados a partir de projetos executados pela FLD, como os encontros da Rede de Diaconia e da Rede de Comércio Justo e Solidário, que reúnem diversas organizações que possuem projetos apoiados por meio do Programa de Pequenos Projetos e que têm pautado, em seus processos formativos, assuntos relacionados à elaboração de projetos e ao tema da gestão democrática com justiça de gênero.

Desafios na caminhada do Programa de Pequenos Projetos

- Intensificar o acompanhamento direto aos grupos apoiados, com ênfase no desencadeamento de processos de fortalecimento da gestão democrática, com justiça de gênero;
- Sistematizar as mudanças alcançadas a partir dos apoios aos projetos e divulgar seus principais resultados;
- Apoiar os grupos nos seus esforços para ações de incidência em justiça de gênero e na otimização de sua gestão democrática com justiça de gênero;
- Fortalecer o intercâmbio de informações e experiências com outros fundos e programas de apoio a projetos do país e da América Latina.



Referências:

FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA. Política de Justiça de Gênero da Fundação Luterana de Diaconia. 2014. Disponível em <https://fld.com.br/wp-content/uploads/2019/07/politica-de-justica-de-genero.pdf>

FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA. Política de Justiça Socioambiental da FLD-COMIN-CAPA. 2018. Disponível em <https://fld.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Politica-Justica-SocioAmbiental.pdf>

ZEELAND, Angélique J. W. M. van, Fundo de projetos: apoio solidário para promoção de justiça e transformação social. Proposta, Rio de Janeiro, Ano 37, Nº 126, 2013, p. 42-46.

Legendas das fotos

Página 20 - 1| MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragens: 30 anos de Resistência! Terra Sim! Barragem Não! Território Sim! Mineração Não! - Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira - MOAB (Eldorado/SP, 2019)

Página 27 - 1| II Encontro Nacional da Rede de Diaconia (Florianópolis/SC, setembro de 2019)

Página 27 - 2| Encontros sobre Gestão Democrática com Justiça de Gênero, com projetos apoiados (Porto Alegre/RS, novembro de 2018)

Página 27 - 3| Projeto Nosso Jardim Floriu - Instituição de Educação Infantil Eugênia Conte - CEPA (Porto Alegre/RS, 2018)

Julia Rovena Witt

Bióloga, mestre em Educação Ambiental, assessora de projetos no Programa de Pequenos Projetos da FLD.

Marilu Menezes

Pedagoga, mestre em Educação, coordenadora programática da FLD.





DIACONIA – AÇÃO AMOROSA E TRANSFORMADORA EM RESPOSTA AOS SOFRIMENTOS

Dirci Bubantz | Cibele Kuss

O bem viver anunciado por Deus a toda Criação está ameaçado pela violência das desigualdades. No mundo todo, realidades de sofrimento e de exclusão atingem de maneira cruel milhões de pessoas e seus territórios. A prática da misericórdia e da compaixão sustentaram a vida de Jesus, desafiando ao discipulado de iguais, que enfrente toda e qualquer situação contrária à dignidade do ser humano, que atinge de forma destrutiva qualquer ser e qualquer parte da criação. A opção por propósitos e projetos que promovem vida digna é expressão de fé e amor, e seguimento a Jesus e Sua Diaconia. Baseada na fé e com reflexões, estratégias e ações de mudanças nas estruturas políticas, sociais, econômicas, ambientais e culturais, a Diaconia é ação amorosa e transformadora em resposta aos sofrimentos produzidos pelas injustiças. Está no centro da missão da Igreja, constituindo-se em voz e ação pública de pessoas, comunidades, igrejas, instituições confessionais e ecumênicas na defesa da justiça, da erradicação da fome e da pobreza, do racismo e do machismo, da exploração econômica de bens naturais. Cumpre uma função de mediação no espaço público e na vida de fé. Qualquer limite à dignidade e à liberdade de pessoas, seja de ordem geográfica, étnica, de gênero, orientação sexual, econômica, social ou religiosa é intolerável. De acordo com o documento “Chamados à ação transformadora Diaconia Ecumênica” do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), “esta é a diaconia de Deus: uma diaconia de libertação e restauração da dignidade humana para assegurar a justiça e a paz. Nesta perspectiva, a diaconia é serviço que torna possível a celebração da vida para todas as pessoas. É a fé efetuando mudança, transformando pessoas e situações para que o reino de Deus possa ser real na vida de todas as pessoas, em cada aqui e agora.”

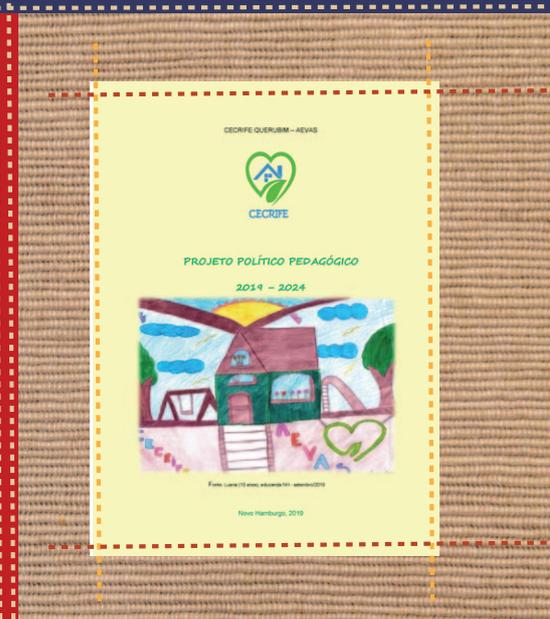
A diaconia na Fundação Luterana de Diaconia (FLD)

No Brasil, a Diaconia acontece pela atuação de instituições vinculadas a comunidades de fé, igrejas, organizações e movimentos ecumênicos. A Fundação Luterana de Diaconia (FLD) atua a partir de sua identidade cristã e confessional, em observância à missão que recebeu ao ser criada pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB): apoiar grupos, instituições diaconais, movimentos e organizações da sociedade civil. A Diaconia transformadora de Jesus é o “fio lilás” que conduz o apoio a diferentes iniciativas e a execução de projetos. O plano de ação 2011 - 2013 da FLD estruturou cinco áreas temáticas, uma delas a Diaconia. A partir dessa decisão, a FLD ampliou o apoio às instituições vinculadas à IECLB em suas iniciativas diaconais e fortaleceu a própria atuação diaconal.





O reconhecimento da importância e contribuição da atuação das instituições diaconais com vínculo com a IECLB no campo das políticas públicas levou a FLD a ampliar a visão sobre o seu papel quanto à forma e estratégia do apoio e acompanhamento. Por isso, no plano de ação, foi incluída a proposta de atuar na articulação de experiências e lideranças diaconais; no fomento da reflexão e do diálogo teológico com ênfase em diaconia e desenvolvimento; na formação e capacitação de agentes diaconais; e no apoio a projetos. Essa inovação permitiu que, ao aprovar o plano de ação e o aporte de recursos, a instituição parceira aprovou também um valor específico destinado ao apoio de projetos das instituições diaconais. A mudança inaugurou uma nova fase no apoio às instituições diaconais pela FLD. Se até então o foco do apoio eram, em geral, projetos para atividades com o público usuário, a prioridade passou a ser o fortalecimento institucional.





Rede de Diaconia – um coletivo que se fortalece

Em 2012, a partir de um movimento que já vinha ocorrendo com as instituições diaconais de todo Brasil, mais fortemente com as da região Sul, a FLD e a Coordenação de Diaconia, órgão vinculado à Secretaria de Ação Comunitária, que integra a Secretaria Geral da IECLB, passaram a apoiar a articulação que deu origem à Rede de Diaconia. A motivação foi a necessidade manifestada pelas próprias instituições de romper o isolamento entre si e refletir coletivamente sobre seu papel diante das mudanças que se apresentavam no contexto de atuação das organizações da sociedade civil. A constituição de uma rede nacional de diaconia originou um espaço de construção de uma identidade coletiva por meio da articulação, da parceria na caminhada, da partilha de experiências e da maior proximidade com as comunidades luteranas e sínodos. As reflexões e partilhas nos encontros que passaram a ser realizados foram fortalecendo a visão sobre priorizar a qualificação da gestão, demanda sentida também pelas instituições diante da necessidade de fazer frente aos diferentes desafios que se impunham, dentre esses o de ampliar as capacidades no campo da sustentabilidade institucional e financeira.

As instituições diaconais estão localizadas em todas as regiões do Brasil e possuem atuação voltada para diferentes segmentos e públicos – crianças e adolescentes, juventudes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, povos indígenas, agricultoras e agricultores familiares, praticantes da medicina popular e alternativa, pessoas em tratamento de saúde. Parte significativa delas se localiza em espaços urbanos e a atuação diaconal se dá junto às populações em situação de vulnerabilidades nas regiões periféricas. Há também presença em espaços rurais, junto a comunidades e povos tradicionais e agricultura familiar. Nos diferentes contextos, atuam com grupos afetados pela violência estrutural, segmentos desassistidos que sofrem com maior intensidade os impactos gerados pela desigualdade, pelo desmonte de políticas públicas e retrocessos no campo de direitos sociais e trabalhistas. O público usuário é incluído sem distinção de credo e o respeito à diversidade cultural e religiosa faz parte do testemunho diaconal profético e transformador a partir da dimensão ecumênica da diaconia, baseada no evangelho de Jesus.

"O Projeto Político Pedagógico da Rede de Diaconia foi construído por muitas mãos, levando em consideração a diversidade das instituições e as características regionais, e eu consigo ver a minha instituição contemplada no documento".
(Casa de Passagem São Lucas, Porto Alegre, RS)

A Rede de Diaconia é integrada por cerca de cinquenta instituições diaconais e está estruturada em duas articulações regionais. A 'articulação sul' é composta pelas instituições localizadas nos estados da região Sul; as que se localizam nas demais regiões do Brasil compõem a 'articulação norte'. A gestão da Rede é feita pelo grupo gestor, constituído por representantes dos diversos segmentos das instituições, indicados pelas duas articulações, além de representantes dos conselhos e grupos nacionais da IECLB que atuam no campo da diaconia. O grupo coordenador é composto por duas pessoas que representam a FLD e duas que representam a Secretaria Geral da IECLB e tem a responsabilidade de dar encaminhamentos às diretrizes definidas pelo grupo gestor.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico da Rede de Diaconia¹ destaca-se como um marco em sua trajetória. O documento começou a germinar no início de 2017 e foi construído de forma participativa, em vários e diferentes momentos – encontros regionais, reuniões do grupo gestor, discussão da proposta no âmbito das instituições, momentos de compilação e sistematização das contribuições oriundas dos diferentes espaços. Apresentado no II Encontro Nacional da Rede de Diaconia que foi realizado no mês de setembro de 2019, o Projeto Político Pedagógico foi acolhido por quarenta e uma instituições diaconais que estiveram representadas.

¹ (<https://redediaconia.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Projeto-Politico-Pedagogico-REDE-de-DIACONIA.pdf>)

Editais de Diaconia – apoio ao fortalecimento das instituições diaconais e às ações de defesa dos direitos

O Programa de Pequenos Projetos (PPP) tem contribuído por meio dos editais de diaconia para o avanço e permanente qualificação das instituições que integram a Rede de Diaconia. Entre 2017 e 2019, foram abertos quatro editais, de abrangência nacional, através dos quais dezoito projetos de instituições diaconais foram selecionados. Nestes, 67% do público diretamente envolvido foram mulheres. Outras duas instituições foram apoiadas pelo programa na modalidade de projetos pontuais. O valor do apoio variou entre R\$ 6.900,00 e R\$ 20.400,00.

O contexto de crise política, democrática e econômica instalado no Brasil desde 2016, assim como o compromisso na continuidade do apoio às instituições diaconais orientou o apoio a projetos nos editais de diaconia entre 2017 e 2019 que se propunham a:

- implementar ou fortalecer mecanismos de gestão democrática e participativa por meio de processos formativos ou práticos com as diferentes instâncias da instituição.
- realizar processos de avaliação e/ou planejamento institucional, podendo incluir a elaboração de Projeto Político-Pedagógico.
- promover a realização de cursos ou encontros para formação de educadoras e educadores sociais acerca dos direitos humanos, diaconia transformadora, justiça de gênero e gestão democrática.
- desencadear ações institucionais e coletivas de defesa dos direitos e de superação de todas as formas de violência numa perspectiva diaconal transformadora.
- promover o fortalecimento de redes, fóruns e espaços de participação e incidência, com protagonismo das instituições diaconais, buscando estimular a democracia participativa com defesa de direitos e justiça de gênero.

Projeto Qualificando a Atuação Social da Ação Encontro

Construir o Projeto Político Pedagógico da Ação Encontro, unidade da Associação Beneficente Evangélica da Floresta Imperial (ABEFI) foi encarado pela equipe como uma grande oportunidade de estabelecer e aprofundar vínculos com as famílias de crianças e adolescentes que frequentam a instituição. Reunidas por regiões, em residências definidas por elas, os diálogos sobre a rua, a vizinhança, o bairro com suas demandas, problemas e pontos positivos, possibilitaram descobertas e crescimento comunitário. Em meio às histórias que iam brotando na roda, as falas sobre o trabalho da Ação Encontro no bairro foram espontâneas. Tudo foi devidamente registrado em desenhos pelas crianças e adolescentes presentes nas reuniões. Ao fim do processo, mais de sessenta familiares envolvidos haviam participado da elaboração de um diagnóstico sócio territorial, e a equipe reunira farto material para embasar a elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Projeto Qualificando a atuação social da Ação Encontro – Ação Encontro, Novo Hamburgo/RS

Os projetos que receberam apoio geraram importantes resultados para as instituições diaconais, com melhoras significativas nos processos de gestão e nas ações de defesa de direitos e de protagonismo.



Projeto Flores do Mandacaru: Força e Resistência

“Quando recebi o convite para participar do grupo eu não queria, e muitas vezes preferia ficar em casa deitada e isolada. Quando participei do primeiro encontro já gostei e, aos poucos, fui gostando mais, aprendendo, me apoiando nas outras guerreiras. Aprendi sobre a Lei Maria da Penha, sobre meus direitos, saúde e artesanato. Nunca me senti tão bem. As oficinas, o teatro, a união do grupo, o amor de umas com as outras, isso tudo ajudou a transformar a minha vida”. (relato de participante do projeto). O projeto Flores do Mandacaru foi idealizado para promover reflexões e ações sobre o direito humano de mulheres e envolveu cerca de cinquenta mães, tias e avós de crianças que frequentam a Associação Luterana Pró Desenvolvimento e Universalização de Direitos Sociais – Pró LUDUS. Os encontros proporcionaram reflexões sobre justiça de gênero e violências domésticas e o conhecimento sobre leis, canais de denúncia e rede de apoio. Com o propósito de inserir os companheiros das mulheres nas reflexões, elas os convidaram a participar de alguns encontros. Posteriormente, foi realizada uma roda de diálogo sobre desconstrução da masculinidade tóxica, somente com homens. Ainda fez parte do projeto uma ação de incidência protagonizada pela Pró LUDUS, que mobilizou organizações da sociedade civil e governamentais de Gravatá para a formação de acolhedoras e acolhedores e montagem da exposição itinerante Nem Tão Doce Lar (metodologia diaconal que propõe a superação da violência doméstica e familiar, através do fortalecimento das redes locais de apoio). As atividades integraram a Campanha dos 16+5 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, que no Brasil é realizada entre os dias 20 de novembro (dia da consciência negra) e 10 de dezembro (dia mundial dos direitos humanos).

Projeto Flores do Mandacaru: Força e Resistência - Associação Luterana Pró Desenvolvimento e Universalização de Direitos Sociais - Pró Ludus, Gravatá/PE

- Planejamentos foram elaborados, embasados por processos de avaliação realizados com diferentes grupos – públicos usuários, equipes técnicas e pessoas voluntárias. Através das avaliações, situações desconhecidas ou subestimadas adquiriram visibilidade.

Os subsídios colhidos permitiram a elaboração de planejamentos contextualizados, buscando responder às demandas das instituições.

- Projetos Político Pedagógico elaborados de forma participativa, com envolvimento de equipes, públicos usuários e seus familiares e da rede de atendimento local. A metodologia utilizada pelas instituições garantiu legitimidade aos documentos construídos e proporcionou plena adesão dos diferentes grupos à sua implementação como instrumento balizador das ações e atividades.

- Qualificação da gestão e dos serviços ofertados, em decorrência dos processos de formação em diferentes temas (gestão democrática e participativa, justiça de gênero, direitos humanos, diaconia transformadora, novo marco regulatório das organizações da sociedade civil, entre outros). O envolvimento de pessoas que atuam em diferentes instâncias – governança, gestão, equipes das áreas técnicas, educadoras e educadores sociais, promoveu maior equilíbrio no domínio de conteúdos que devem perpassar as ações em todos os níveis institucionais.

- Mulheres adquiriram conhecimento sobre seus direitos, sobre leis de proteção e canais de denúncia a partir da realização de ações de afirmação dos direitos e de superação de todas as formas de violência. A promoção do protagonismo e da autonomia desse público refletiu positivamente na relação entre a instituição e as mulheres responsáveis pelas crianças atendidas. O envolvimento em atividades realizadas no mesmo espaço onde suas crianças passam parte do dia despertou nelas sentimentos de pertencimento e corresponsabilidade pela vida da instituição.

- Protagonismo de instituições diaconais na mobilização de organizações da sociedade civil e governamentais para ações de incidência no enfrentamento à violência doméstica e de gênero, demonstrando o potencial e a força que representam nos respectivos



territórios. O destaque e o reconhecimento obtidos pelas instituições nesse processo comprovam que o fortalecimento institucional amplia as capacidades para atuações nos contextos de injustiças e de violações de direitos e impulsiona a incidência política. É a diaconia transformadora colocada em prática.

- Fortalecimento de atuação em rede por duas instituições diaconais a partir da realização de ações conjuntas para formação de educadoras e educadores sociais e de períodos práticos supervisionados de jovens estudantes.
- Instituições ampliaram e/ou qualificaram sua capacidade de atendimento. Em geral, as demandas nos territórios vão além das possibilidades das instituições. O apoio ao projeto de uma permitiu a ampliação do número de vagas para o público infantil, gerando melhora significativa nas condições de vida de crianças e de suas famílias. Outra instituição que atua no campo da medicina popular e alternativa ampliou a oferta e qualificou o processo utilizado para secagem e preparo de plantas medicinais.
- Maior protagonismo do público usuário na vida da instituição e na participação em espaços de controle social, estimulado pela abordagem e reflexão de temas como direitos humanos, justiça de gênero, políticas públicas, entre outros.





- Qualificação dos serviços prestados a partir de revisão, construção e/ou apropriação pelas equipes de documentos que sustentam e fortalecem as ações institucionais, como Política de Proteção à Infância e Política de Gestão de Recursos Humanos.

Testemunho a partir da ação em parceria

As instituições integrantes da Rede de Diaconia vêm atuando ao lado de grupos, coletivos e pessoas destituídas de direitos. É um testemunho de fé e justiça com o objetivo de dar visibilidade aos sinais do Reino de Deus, hoje e sempre. A parceria e a articulação em rede entre as instituições diaconais no Brasil vão se ampliando e dando forma a diferentes possibilidades de apoio mútuo, intercâmbio e qualificação atualizada. A Rede de Diaconia se fortalece em sentido e relevância nos seus contextos de trabalho e em proximidade com a IECLB à medida que a partilha cresce. A FLD segue junto no apoio e parceria em direção à autonomia, a uma maior e significativa compreensão do papel das instituições diaconais, no âmbito das comunidades e sínodos para o reconhecimento, acompanhamento e sustentabilidade das muitas ações diaconais transformadoras ainda distantes e desconhecidas na vida de muitas pessoas na IECLB. Os editais de diaconia continuarão atentos e inspirados nos desafios que movimentam as ações diaconais transformadoras em contextos de exclusão e violências. A compaixão, a incidência política, a misericórdia, a justiça de gênero, a dignidade de toda a Criação e a atuação em rede pactuam o compromisso com os direitos humanos e o seguimento ao mandato diaconal de Jesus.



Referências:

- Chamados à ação transformadora Diaconia Ecumênica. Documento do Conselho Mundial de Igrejas. Genebra, Suíça, 2018.
- NORDSTOKKE, Kjell, Diaconia - uma perspectiva ecumênica e global. Estudos Teológicos. São Leopoldo, EST, 2005, v. 45, n. 1, p. 5 a 20.
- Diaconia em Contexto: Transformação, Reconciliação, Empoderamento. Federação Luterana Mundial - Uma Comunhão de Igrejas. Departamento Para Missão e Desenvolvimento. Genebra, Suíça, 2009.
- MENEZES, Marilu Nörnberg; AGUIAR, Rogério Oliveira de. Diaconia institucional em movimentos de reforma. Fé, Justiça de Gênero e Incidência Pública: 500 Anos da Reforma e Diaconia Transformadora. Porto Alegre, Fundação Luterana de Diaconia, 2017, p. 95 a 103. Disponível em: <https://fld.com.br/portfolio/fe-justica-de-genero-e-incidencia-publica-500-anos-da-reforma-e-diaconia-transformadora/>
- KUSS, Cibele; BENCKE, Romi Márcia. Ecumenismo e cooperação inter-religiosa na diaconia transformadora. Fé, Justiça de Gênero e Incidência Pública: 500 Anos da Reforma e Diaconia Transformadora. Porto Alegre, Fundação Luterana de Diaconia, 2017, p. 75 a 84. Disponível em <https://fld.com.br/portfolio/fe-justica-de-genero-e-incidencia-publica-500-anos-da-reforma-e-diaconia-transformadora/>
- Caderno Justiça de Gênero e Diaconia Transformadora: superando violências e preconceitos. Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST. São Leopoldo, EST; Porto Alegre, Fundação Luterana de Diaconia, 2016. Disponível em <https://fld.com.br/portfolio/caderno-justica-de-genero-e-diaconia-transformadora/>
- COLLINS, John N. Diakonia: re-interpreting the Ancient sources. New York: Oxford University Press, 1990.
- Informações sobre ações que integraram a campanha dos 16+5 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres em 2019, disponível em: <https://fld.com.br/todas/2019/nem-tao-doce-lar-realiza-exposicoes-e-formacoes-em-alusao-a-campanha-internacional-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>

Legendas das fotos

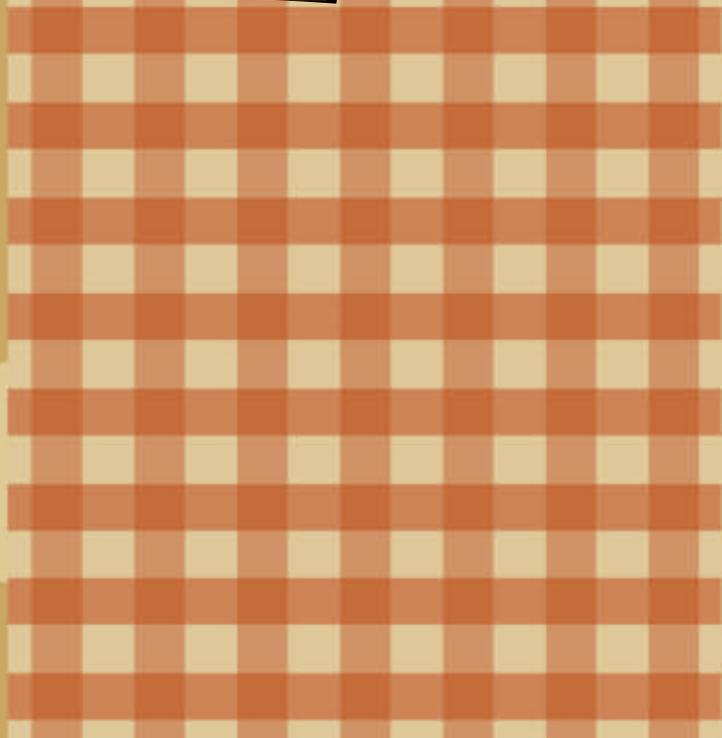
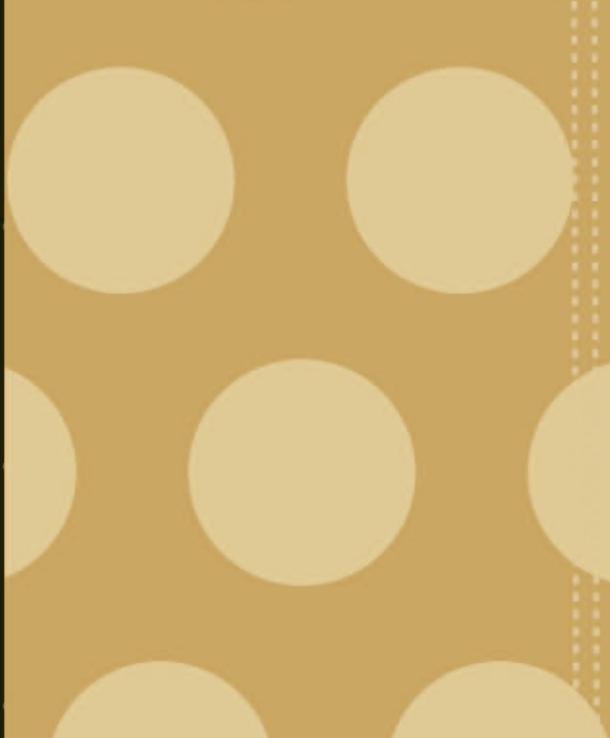
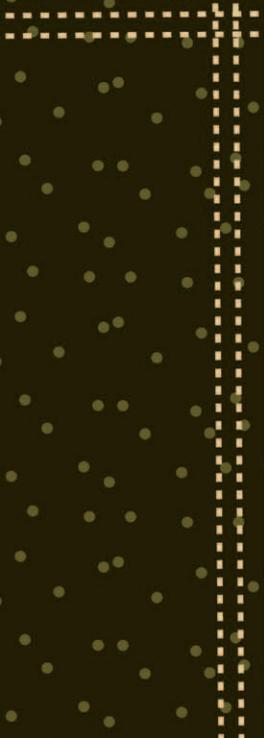
- Página 30 - 1| II Encontro Nacional da Rede de Diaconia (Florianópolis/SC, setembro de 2019)
- Página 32 - 1|2|3| Novos rumos do Albergue Martim Lutero - Avaliar e Planejar (Associação Albergue Martim Lutero, Vitória/ES, 2017)
- Página 33 - 1| Acolher e reconstruir histórias - Associação Evangélica de Ação Social em Novo Hamburgo - AEVAS CECRIFE (Novo Hamburgo/RS, 2018)
- Página 34 - 1| II Encontro Nacional da Rede de Diaconia (Florianópolis/SC, setembro de 2019)
- Página 34 - 5| Formar para protagonizar: capacitando gestores e equipes para uma atuação democrática e participativa - Associação Beneficente Evangélica da Floresta Imperial de Novo Hamburgo - ABEFI (Novo Hamburgo/RS, 2018)
- Página 37 - 1|3| Flores do Mandacaru: Força e Resistência - Pró LUDUS (Gravatá/PE, 2018)
- Página 37 - 2| Qualificando a atuação social da Ação Encontro - Ação Encontro (Novo Hamburgo/RS, 2017)
- Página 37 - 4| Redes em Rede - ABEFI Lar Padilha (Taquara/RS, 2018)
- Página 37 - 5| Formar para protagonizar capacitando gestores e equipes para uma atuação democrática e participativa - ABEFI (Novo Hamburgo/RS, 2018)
- Página 39 - 1| Flores do Mandacaru: Força e Resistência - Pró LUDUS (Gravatá/PE, 2018)
- Página 40 - 1| Secador de Plantas Medicinais - Associação Central da Saúde Natural Alternativa - ACESA (São Gabriel da Palha/ES, 2018)
- Página 40 - 2| Redes em Rede - ABEFI Lar Padilha (Taquara/RS, 2018)

Dirci Bubantz

Teóloga, assessora de projetos na FLD no acompanhamento a projetos na área de Diaconia e da Rede de Diaconia.

Cibele Kuss

Teóloga e pastora luterana, secretária executiva da FLD.





JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL: NA DEFESA DOS TERRITÓRIOS, A AFIRMAÇÃO PELA VIDA

Juliana Mazurana | Julia Rovena Witt | Fernando Aristimunho

“A maior evidência do que fica deste projeto é a potencialidade demonstrada por jovens e mulheres não só enquanto participantes das atividades, mas também enquanto protagonistas (...) apontando propostas e posicionando-se em relação aos possíveis caminhos a serem conduzidos pelas comunidades no processo de resistência e criação. O trabalho com a agroecologia é um dos maiores destaques das possibilidades de formação teórica a partir da prática coletiva.” Projeto Assembleia Popular na Mineração - Um debate urgente e necessário, Movimento Pela Soberania Popular na Mineração - MAM, Pindaí/BA

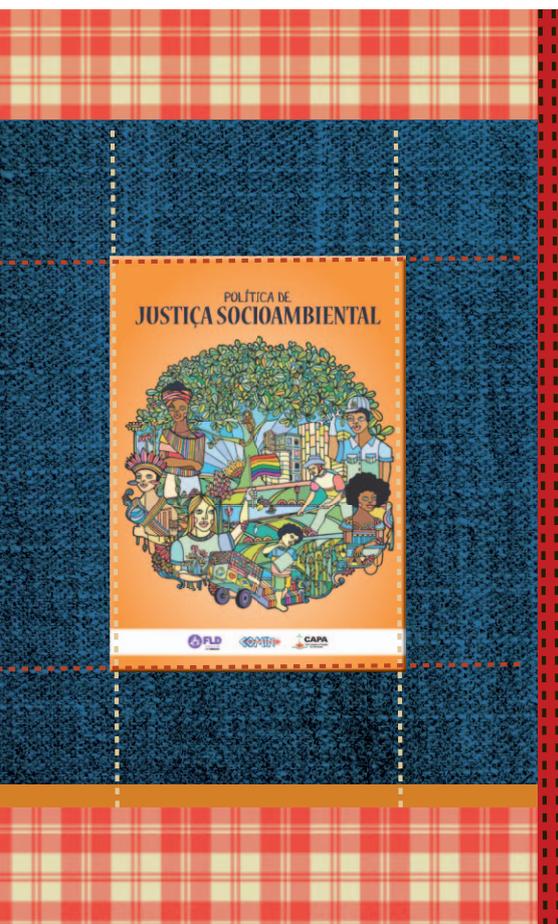
O contexto socioambiental brasileiro tem sido de sucessivos desmontes e retrocessos. A deslegitimação de instituições e políticas de fiscalização, pesquisa e conservação ambiental, a extinção e redução de conselhos e fóruns com papel de controle social, o desmantelamento da legislação ambiental, são indicadores de um histórico e sistemático processo de degradação ambiental no país, atrelado à inferiorização e negação das questões relacionadas à pauta socioambiental.

As declarações e ações do governo brasileiro incitam ao aumento da invasão e degradação de Unidades de Conservação, Terras Indígenas e territórios de Povos e Comunidades Tradicionais, acirraram a violência no campo e a criminalização de organizações e pessoas que lutam pela justiça socioambiental, e têm afastado o país dos compromissos e metas assumidas internacionalmente, como o Acordo de Paris e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O avanço agressivo do agronegócio e da mineração não perde fôlego mesmo diante de crimes como o do rompimento das barragens da Samarco, em Mariana, e da Vale, em Brumadinho, que deixou centenas de pessoas mortas e desaparecidas, e o derramamento de óleo que atingiu milhares de quilômetros da costa brasileira, constituindo-se no maior desastre ambiental em extensão já registrado no país. O índice de queimadas atinge valores

recordes, transformando a floresta amazônica em cinzas e trazendo consequências para o clima do Brasil e de todo o planeta. A política econômica neoliberal em curso aprofunda a exploração dos bens naturais, que são vistos apenas como recursos a serem monetarizados por meio de processos de financeirização da natureza.

Diante desse cenário, a articulação da sociedade civil na defesa de direitos socioambientais e a promoção de iniciativas que apontem para outras formas de relação com o ambiente são ações prementes. Falar em justiça socioambiental é também falar em defesa da vida.

Justiça Socioambiental na atuação da FLD



Entendida como área vinculada à defesa de direitos, ações relacionadas à Justiça Socioambiental têm sido apoiadas desde o início do Programa de Pequenos Projetos, envolvendo projetos da agricultura familiar e de promoção da agroecologia, estendendo-se para ações de valorização e defesa da sociobiodiversidade, dos direitos de povos e comunidades tradicionais e de denúncias das ameaças representadas pelo modelo econômico neoliberal aos territórios e bens naturais. Desde 2018, a Justiça Socioambiental é igualmente tema transversal que orienta todas as ações da FLD, na interface com a justiça de gênero, a partir da elaboração da sua Política de Justiça Socioambiental.

A compreensão institucional de Justiça Socioambiental perpassa pelo entendimento de que esta consolida-se na “efetivação de uma sociedade que respeita a sociodiversidade, a biodiversidade e a geodiversidade, com equidade de condições e de oportunidades para a plena existência, incluindo todas as subjetividades. (...) Ela envolve necessariamente a construção de um novo paradigma planetário e se contrapõe ao modelo atual de desenvolvimento onde os impactos decorrentes da degradação ambiental afetam de forma desigual o conjunto dos seres vivos, os elementos naturais que possibilitam a manifestação da vida e os elementos e entidades integrantes das diferentes perspectivas espirituais e cosmológicas. Nas sociedades humanas, afetam diferencialmente classes, povos, gêneros, sendo sempre sentidos com mais força pelas populações em situação de violência e vulnerabilidade.”

Enquanto área de atuação, a FLD executa projetos e iniciativas junto a assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas, comunidades de pecuaristas familiares e associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais re-



cicláveis, em especial no estado do Rio Grande do Sul. Dentre estes, destacam-se o Projeto Pampa e o apoio ao Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa. Essas ações permitem uma maior aproximação com grupos e identificação de demandas, que passam a pautar os objetivos dos editais voltados para a área temática da Justiça Socioambiental.

Projeto Pampa

O projeto, executado entre 2013 e 2018, com apoio de Pão Para o Mundo, teve ações desenvolvidas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, região onde as organizações sociais de representação da agricultura familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais estão em processo de consolidação e em que não existe uma grande presença de organizações de apoio técnico-produtivo e de atuação na defesa de direitos. Nesse bioma, a sociobiodiversidade vem sendo ameaçada pelo avanço do agronegócio, em especial pelo monocultivo da soja, e de projetos de mineração. O Projeto Pampa, com ações de agroecologia, instigou grupos da agricultura familiar, de assentamentos e de comunidades quilombolas a desenvolverem atividades de geração de renda com redução de custos e cuidados com o meio ambiente, por meio da valorização de práticas de cultivo tradicionais e da implementação de tecnologias sociais apropriadas de manejo do solo, uso e conservação da água e produção de alimentos. Incidiu também na gestão democrática das associações e cooperativas da agricultura familiar e trabalhou com grupos de mulheres no protagonismo em ações de agroecologia. Nessa interface, grupos também foram apoiados por meio do Programa de Pequenos Projetos, em ações de fortalecimento de atividades produtivas e, também, da gestão democrática com justiça de gênero.

Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa

A partir das atividades do Projeto Pampa, consolidou-se o Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, que reúne oito identidades socioculturais do bioma, desde 2015: Povos Indígenas, Povo Cigano, Povo Pomerano, Povo de Terreiro, Comunidades Quilombolas, Pescadoras e Pescadores Artesanais, Pecuaristas Familiares e Benzedeadas e Benzedores. Os direitos étnicos e territoriais de povos e comunidades tradicionais do Pampa vêm sendo gravemente violados,



Projeto Juventude: Tecendo a Resistência

O Fórum Teles Pires é uma instância que articula movimentos sociais, sindicatos, associações e organizações da sociedade civil em torno de pautas socioambientais, com destaque à questão das hidrelétricas planejadas e em construção na Bacia do Rio Teles Pires, no Mato Grosso. Nesse sentido, o projeto teve por objetivo contribuir para o empoderamento das juventudes atingidas a partir da compreensão do contexto social e, com isso, fortalecer a organização destas, na garantia de seus direitos e na denúncia de violações. Para isso, foi desenvolvida uma etapa da Escola de Formação das Juventudes Atingidas, um processo de formação focado no fortalecimento de estratégias para a defesa dos direitos das comunidades e dos rios. Ao longo da execução, o projeto promoveu igualmente atividades de formação e mobilização junto às comunidades atingidas principalmente por dois empreendimentos hidrelétricos: a UHE Sinop (já consolidada) e a UHE Castanheiras (em processo de implementação). Foram mobilizadas comunidades locais na discussão sobre os impactos e ameaças dos projetos hidrelétricos, desenvolvendo mobilizações, reuniões e, também, um seminário sobre o setor elétrico e a conjuntura política e econômica nacional. Dentre as atividades de articulação e planejamento de ações de denúncia e visibilização dos impactos e luta por direitos, promoveram a construção da exposição fotográfica "Luta e Resistência dos Atingidos pela Barragem da Usina de Castanheira", buscando dar visibilidade ao modo de vida de agricultoras e agricultores das comunidades Pedreira e Palmital em Juara/MT, antes da construção dessa usina. Esta foi levada para ser exposta nas audiências públicas que o Ministério Público Estadual realizou nas cidades que serão impactadas pela obra. Também nessas comunidades, realizaram oficina de produção de cartazes, como preparação para uma ação de incidência nas ruas de Juara, buscando mobilizar a comunidade para participação na audiência pública que trataria sobre a implementação da usina hidrelétrica. A experiência de luta e resistência das pessoas atingidas pela UHE Sinop trouxe contribuições ao enfrentamento à não construção da UHE Castanheira. O trabalho desenvolvido juntamente com as comunidades ampliou o conhecimento sobre seus direitos, para que possam defendê-los e reivindicá-los junto aos órgãos competentes. A partir desse processo, as comunidades foram motivadas e começaram a se organizar para reivindicar políticas públicas específicas para as populações atingidas.

Projeto Juventude: Tecendo a Resistência, Fórum Teles Pires, Sinop/MT

em uma região que historicamente não reconhece a presença dessa diversidade e seus modos de vida.

Embasado na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e na Convenção nº 169 da OIT sobre direitos de Povos Indígenas e Tribais, o Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa vem contribuindo para ampliar a percepção social sobre a sociodiversidade no bioma e sobre as intrínsecas relações entre esses povos e culturas e os territórios que ocupam, bem como seu papel crucial no manejo ecológico dos bens naturais e na conservação da biodiversidade. Entretanto, o desconhecimento sobre a presença, os saberes e os direitos dessa sociodiversidade ainda é grande, inclusive em ambientes escolares e acadêmicos desse território. São povos e comunidades detentoras de saberes e práticas ancestrais que se contrapõem, de forma crítica, ao modelo de desenvolvimento capitalista hegemônico.

Frente às situações de ameaças a povos e seus territórios e, também, a partir da articulação com o Comitê, o Programa de Pequenos Projetos tem apoiado ações de grupos, movimentos e organizações de povos e comunidades tradicionais, na visibilidade e defesa de seus direitos.

Apoio a projetos

Entre 2017 a 2019, foram abertos três editais na área de Justiça Socioambiental. Em 2017, o edital apoiou projetos com valores entre 10 e 30 mil reais, localizados na região sul do Brasil, que tinham



como enfoque a valorização do conhecimento tradicional, fortalecimento de identidades socioculturais e uso sustentável da biodiversidade nos biomas Pampa e Mata Atlântica e na Zona Costeira e Marinha; a implementação e consolidação de experiências agroecológicas, com o protagonismo das mulheres; e o fortalecimento da gestão democrática com justiça de gênero em organizações que promovem a agroecologia e/ou a valorização da sociobiodiversidade. Em 2018, o apoio foi voltado a projetos com valores entre 15 e 30 mil reais, em todo território nacional, com foco em processos de formação sobre a conjuntura política e interfaces com as questões socioambientais; processos educativos voltados para a popularização do conhecimento acerca dos direitos e das violações de direitos socioambientais; redes agroecológicas e populares promotoras de autonomia e relações justas através de processos de formação política e incidência; e articulações e mobilizações de contestação, de denúncia, de resistência e de incidência frente às violações socioambientais. Em 2019, com valores entre 10 e 15 mil reais, o edital apoiou projetos no bioma Pampa, que tinham como foco o fortalecimento de grupos da agricultura familiar agroecológica, de assentamentos da reforma agrária, de mulheres rurais e de Povos e Comunidades Tradicionais, na atuação por justiça socioambiental no bioma.





Além dos 26 projetos de justiça socioambiental apoiados via editais, no mesmo período, o Programa de Pequenos Projetos também acompanhou 19 projetos pontuais desenvolvidos nessa área temática. Os 45 projetos apoiados garantiram uma diversidade geográfica, temática e de públicos, tendo sido executados por organizações da sociedade civil, redes, fóruns, movimentos sociais e ambientalistas, organizações e grupos de povos e comunidades tradicionais, de assentamentos da reforma agrária, de ocupações rurais e urbanas, de agroecologia, de juventudes e de mulheres. As ações apoiadas via editais envolveram um público composto em 57% por mulheres.

As ênfases estiveram em iniciativas de articulação e formação frente a ameaças como a perda de soberania sobre o patrimônio genético e sobre a produção de alimentos, valorização e salvaguarda da sociobiodiversidade, articulação e mobilização de mulheres do campo, ações com enfoque em justiça de gênero e agroecologia, formação e articulação de juventudes atingidas por grandes projetos, educação do campo e defesa de direitos socioambientais, formação e denúncia referente a ameaças como o



agronegócio e a mineração, elaboração de denúncias internacionais frente à violação de direitos indígenas, produção de comunicação em contextos de violação de direitos socioambientais, fortalecimento das organizações e movimentos e reflexões sobre a importância de instrumentos de gestão.

Os resultados alcançados pelos projetos passaram por elementos que dimensionam mudanças/transformações em diferentes níveis e contextos. O fortalecimento da organização coletiva e o desenvolvimento de redes e articulações entre grupos, coletivos e instituições na defesa de direitos socioambientais foi potencializado e, a partir das diversas ações empreendidas, desdobraram-se impactos/mudanças principalmente nos seguintes enfoques:

• **Mulheres e agroecologia e valorização da sociobiodiversidade**

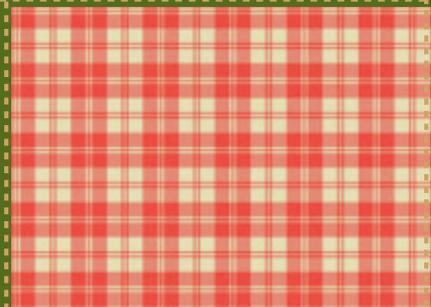
Ações de salvaguarda da sociobiodiversidade, como intercâmbios e feiras agroecológicas e de sementes crioulas, reforçaram a importância da garantia da segurança e soberania alimentar, em contraposição ao modelo explorador do agronegócio. Caminhando junto destas, projetos desenvolvidos principalmente por juventudes e mulheres na promoção da agroecologia, destacaram a fundamental relação existente entre o trabalho por elas desenvolvido e o fortalecimento da difusão de práticas agroecológicas. Por meio dos projetos, mulheres camponesas e de povos e comunidades tradicionais foram protagonistas em ações de mobilização, formação, articulação e incidência na defesa do direito pela terra, ao território e dos bens naturais, pautando a necessidade de serem construídas outras formas de relações com o ambiente, que não a orientada pela monetarização, degradação e destruição.

Nesse debate, a necessidade do enfrentamento da violência contra as mulheres e da construção de novas relações de gênero entram como condições cruciais para a superação do modelo patriarcal que leva à exploração da terra. Nesse sentido, as ações apoiadas demonstram igualmente a potência que a Justiça Socioambiental representa para mediar e fortalecer a justiça de gênero, na interface com as reflexões e perspectivas que são trazidas também pelo ecofeminismo e pelo feminismo comunitário.

• **Visibilidade e articulação de povos e comunidades tradicionais**

Projetos de coletivos, organizações e movimentos de povos e comunidades tradicionais contribuíram para a mobilização e articulação na defesa de seus direitos. Intercâmbios e visitas promoveram







visibilidade da cultura de povos indígenas e trocas de experiências com pessoas não indígenas, além de suporte para produção e venda de artesanatos, e preparação de espaços para a realização de trilhas, e elaboração de materiais de áudio visual com registros da cultura indígena.

O desenvolvimento de ações de articulação política contribuiu para o avanço em incidência, com realização de passeatas e participação em audiências públicas, bem como de denúncias junto ao poder público. O fortalecimento de redes de mulheres de povos e comunidades tradicionais contribuiu para importantes conquistas no campo da defesa de direitos, como a criação de coordenadoria municipal de políticas públicas para povos indígenas e de conselho municipal dos povos indígenas, instâncias voltadas à garantia de direitos e à participação e controle social, e a elaboração de instrumentos políticos para a defesa de seus direitos, como um Protocolo Biocultural e um Termo de Consentimento Livre, Prévio e Informado.

A articulação entre identidades culturais foi amplificada também por meio de projetos que realizaram intercâmbios e encontros para dialogar sobre realidades, desafios e processos, na luta anticolonial e antirracista e na ameaça de megaprojetos aos territórios tradicionais.



1º Encontro e 1ª Romaria de Mulheres do Nordeste Paraense

Mulheres
Unidas para Lutar
Constroem o Poder Popular



DIA 06 DE MARÇO

Encontro no Sindicato Rural de Santa Luzia do Pará as 14:00hs

DIA 07 DE MARÇO

Romaria das Mulheres, Concentração em Frente a Igreja Nossa Senhora de Nazaré as 07:30 da manhã

Organização:
Movimento Camponês Popular (MCP)
Associação da Mulher Olímpia a Luz (AMOL)
Rede Bragantina de Economia Solidária Artes e Sabores
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santa Luzia do Pará

• Mobilização frente a ameaças de megaprojetos

Ações formativas e de articulação frente a ameaças representadas aos territórios pela implantação de megaprojetos, como instalação de usinas hidrelétricas e nucleares, projetos de mineração, grandes obras urbanas, como vias de monotrilho em bairros de subúrbio, foram importantes instrumentos de mobilização de comunidades acerca dos impactos gerados por essas obras. Ações de diálogo envolvendo movimentos sociais, organizações da sociedade civil e universidades desencadearam processos estratégicos de denúncias, judicialização de ações, pressão para criação de legislações específicas acerca da segurança de barragens e, também, construção coletiva e participativa de cartografia social.

• Educação Popular e Educação do Campo

Formações no campo da educação popular e educação do campo trouxeram reflexões junto a coletivos de juventude, mulheres, povos e comunidades tradicionais, envolvendo temas socioambientais, análise de conjuntura, defesa de direitos e justiça de gênero. Também em comunidades escolares de contextos rurais e de assentamentos da reforma agrária, na interface com a atuação pedagógica de educadoras e educadores e no envolvimento da comunidade escolar.



• Ampliação de canais de comunicação

As ações empreendidas por meio dos projetos foram importantes igualmente para o desenvolvimento de processos de comunicação e elaboração de materiais. Houve, por exemplo, contribuições para o fortalecimento de redes de comunicação, disponibilizando conteúdos e informações sobre projetos de mineração entre comunidades impactadas, também a partir da elaboração de informativos impressos, com a intenção de criar-se igualmente plataforma on-line específica.

Percebe-se que o tema da Justiça de Gênero é desafiador para a maior parte dos grupos apoiados. Os projetos que conseguiram incorporar essa abordagem em suas atividades, metodologias e na própria gestão do projeto, em geral, são projetos executados por organizações e movimentos que já possuem algum debate sobre o conceito de justiça de gênero, ou aquelas que permitem que o tema seja levantado durante a execução das atividades, em geral pelas próprias mulheres da equipe ou pelas mulheres dos grupos beneficiários. A divisão sexual do trabalho, às vezes posta na própria dinâmica do grupo e na execução do projeto, tem sido em alguns casos, o “gancho” para provocar o debate interno sobre o tema de justiça de gênero. Nesse sentido, alguns dos desafios percebidos na execução do projeto podem se reverter no início de transformações positivas nas organizações.

Coletividades e resistências: perspectivas futuras

O contexto sócio-político-econômico no Brasil tem sido cada vez mais avassalador para os direitos socioambientais. Para os próximos períodos, a tendência é de ampliação nos conflitos socioambientais, em decorrência do desmonte da legislação ambiental e de políticas públicas, e de ameaças aos povos e comunidades e seus territórios e modos de vida e à biodiversidade. Em contraposição, entretanto, percebe-se que as organizações da sociedade civil têm respondido de forma rápida a essa nova conjuntura, elaborando e executando projetos de forma articulada e com maior grau de incidência política, visando garantir direitos e evitar ainda mais retrocessos. Nem sempre é fácil, porém, visualizar os pequenos projetos apoiados na área de Justiça Socioambiental em seu conjunto nos faz perceber o potencial de resistência e de criatividade que emergem da sociobiodiversidade brasileira.

Referências:

Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, sítio eletrônico: <https://comitepampa.com.br/FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA. Política de Justiça Socioambiental da FLD-COMIN-CAPA. 2018. Disponível em https://fld.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Politica-Justica-Socio-Ambiental.pdf>

MADEIRO, Carlos. Ibama: Óleo no NE é maior acidente ambiental em extensão registrado no país. Notícia disponível em <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/10/08/ibama-oleo-no-ne-e-maior-acidente-ambiental-em-extensao-registrado-no-pais.htm#:~:text=Resumo%20da%20not%C3%ADcia&text=A%20extens%C3%A3o%20da%20costa%20nordestina,a%20maior%20extens%C3%A3o%2C%20com%20certeza.>



MADEIRO, Carlos. Queimadas na Amazônia: Percentual em agosto é o maior já medido pelo Inpe. Notícia disponível em <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/21/queimadas-na-amazonia-percentual-em-agosto-e-o-maior-ja-medido-pelo-inpe.htm>

MAZURANA, Juliana; DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016.

Projeto Pampa, sítio eletrônico: <https://projetopampa.fld.com.br/>

Legendas das fotos

Página 42 - 1| Brigada de Solidariedade da Via Campesina Brasil em Brumadinho/MG - Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (Brasília/DF, 2019)

Página 47 - 1| Juventude: Tecendo a Resistência - Fórum Teles Pires (Sinop/MT, 2018)

Página 48 - 1| Projeto Resistência da Mãe Terra - Comunidade de Jovens do Oeste (São Miguel do Oeste/SC, 2017)

Página 48 - 2| VIII Feira Agroecológica das Mulheres contra a violência - KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço (Rio de Janeiro/RJ, 2019)

Página 48 - 3| Sementes como patrimônio dos povos: cuidado, preservação e soberania - Associação dos Pequenos Agricultores do Estado do Espírito Santo (São Gabriel da Palha/ES, 2018)

Página 48 - 4| Feira Frutos da Resistência - Herval - Grupo Biodiversidade (Herval/RS, 2017)

Página 50 - 1| Ore yvy, ore direito - Nossa terra, nosso direito: formando lideranças e ampliando a incidência pelos direitos do povo Guarani - Comissão Guarani Yvyrupá (São Paulo/SP, 2018)

Página 50 - 2| Ore yvy, ore direito - Nossa terra, nosso direito: formando lideranças e ampliando a incidência pelos direitos do povo Guarani - Comissão Guarani Yvyrupá (São Paulo/SP, 2018)

Página 50 - 3| Soberania Popular e Justiça Socioambiental contra a mineração no Bioma Pampa - Associação Comunitária Quilombola Tio Dô (Santana da Boa Vista/RS, 2019)

Página 50 - 4| Solicitação de Apoio para Mobilização de Povo de Terreiro à Participar de Julgamento no STF Brasília - Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde (Porto Alegre/RS, 2018)

Página 50 - 5| Encontro das Kunhã karai: Mulheres Mbyá Guarani - Associação de Estudos e Projetos Com Povos Indígenas e Minoritários - AEPIM (Porto Alegre/RS, 2019)

Página 50 - 6| Soberania Popular e Justiça Socioambiental contra a mineração no Bioma Pampa - Associação Comunitária Quilombola Tio Dô (Santana da Boa Vista/RS, 2019)

Página 50 - 7| Tembiapó Nhemongaru - Trabalho Sustentável - Círculo de Pais e Mestres da Escola Nhamandu Nhemopuã (Viamão/RS, 2018)

Página 51 - 1| Promovendo direitos sócio ambientais e justiça de gênero no contexto do Complexo Barragem de Oiticica! - Movimento dos Atingidos (as) Pela Construção do Complexo Barragem de Oiticica (Natal/RN, 2018)

Página 51 - 2| Mambembe Salvador 2018 - Subúrbio sobre trilhos: patrimônio de um povo - Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo - Regional Nordeste (Salvador/BA, 2018)

Página 51 - 3|4| Brigada de Solidariedade da Via Campesina Brasil em Brumadinho/MG - Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (Brasília/DF, 2019)

Página 51 - 5| Justiça Ambiental e Advocacia Popular: Do Ensino Jurídico-Popular aos Tribunais, na Defesa do Meio Ambiente - Instituto Preservar (Viamão/RS, 2019)

Página 52 - 1| Formação de camponeses multiplicadores: refletir a história, entender a realidade, trocando experiências e traçar o futuro com justiça sócio ambiental - Movimento Camponês Popular (Goiânia/GO, 2018)

Página 52 - 2| Soa Sirene: o direito à comunicação em comunidades vulneráveis à mineração - Coletivo Mica - Mídia, Identidade, Cultura e Arte (Belo Horizonte/MG, 2018)

Página 55 - 1| Encontro das Kunhã karai: Mulheres Mbyá Guarani - Associação de Estudos e Projetos Com Povos Indígenas e Minoritários - AEPIM (Porto Alegre/RS, 2019)

Juliana Mazurana

Agrônoma, especialista em Gestão para o Etnodesenvolvimento, atuou como assessora programática na área de Justiça Socioambiental da FLD entre 2009 e 2019.

Julia Rovena Witt

Bióloga, mestre em Educação Ambiental, assessora de projetos no Programa de Pequenos Projetos da FLD.

Fernando Aristimunho

Técnico agrícola, assessor de projetos na área de Justiça Socioambiental da FLD.

Projeto Encontro das Kunhã karai: Mulheres Mbyá Guarani

Com o objetivo de contribuir para a organização e o fortalecimento das mulheres indígenas Guarani e do modo de ser Guarani, o mbya rekó, o projeto promoveu a organização de dois encontros de mulheres líderes espirituais das comunidades – as kunhã karai, realizados nas aldeias da Estiva, no município de Viamão/RS e na Tekoá Pará Roké, em Rio Grande/RS. Como processo preparatório, as mulheres realizaram visitas em aldeias em diversos territórios do estado do RS, convidando e mobilizando para a participação nos encontros. Estes, cuja organização foi protagonizada por elas, constituíram-se em importantes espaços de trocas de saberes e conhecimento tradicional entre pessoas e gerações, em especial em torno do tema das plantas medicinais, contribuindo para o fortalecimento da política interna das mulheres Mbyá Guarani e do vínculo entre lideranças femininas guarani e de diversas aldeias do interior e do litoral do estado. Ainda trouxe importantes resultados na contribuição ao diálogo das mulheres Guarani com instituições não indígenas, bem como no campo da incidência e da consolidação de políticas públicas, a partir da aproximação junto a espaços da gestão pública municipal, o que gerou a criação da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Povos Indígenas e do Conselho Municipal dos Povos Indígenas no município de Rio Grande, instâncias estas voltadas à garantia de direitos e à participação e controle social.

Projeto Encontro das Kunhã karai: Mulheres Mbyá Guarani - Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários - AEPIM, Porto Alegre/RS







JUSTIÇA ECONÔMICA: ECONOMIA SOLIDÁRIA AFIRMANDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA COM JUSTIÇA DE GÊNERO

Angelique J. W. M. van Zeeland

“O nosso projeto é diretamente constituído, gerenciado e realizado por mulheres. É grande motivo de orgulho ser a única cooperativa de reciclagem do município que é formada exclusivamente por mulheres. O fato de levar a outros espaços nossa experiência e compartilhar o que isso significa é uma instância de promoção de gênero. Ainda mais quando compartilhada a realidade de enfrentamento que há, em diversas situações, incluso nas vidas pessoais e familiares”. Projeto Protagonismo feminino, preservação ambiental e consumo responsável, Mundo Mais Limpo - São Leopoldo/RS.

Promover a justiça econômica

Diariamente, há milhões de brasileiras e brasileiros que buscam garantir o seu sustento e da sua família, que enfrentam a injustiça, o preconceito e a omissão dos órgãos públicos. O Brasil é um dos países com a maior desigualdade de renda no mundo. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é o sétimo país mais desigual do mundo. Sem reduzir os níveis de desigualdade, não é possível erradicar a pobreza. Frente a enorme desigualdade na sociedade brasileira, o Programa de Pequenos Projetos busca promover a justiça econômica. Justiça econômica é a denúncia das condições, estruturas e sistemas que perpetuem a pobreza, desigualdade e violação dos direitos humanos. O atual modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico ilimitado, exploração das pessoas trabalhadoras, e destruição dos bens naturais, gera concentração da riqueza, aumento das desigualdades, fome e injustiça.

Projeto Protagonismo feminino, preservação ambiental e consumo responsável

A cooperativa Mundo + Limpo foi criada em 2007, com o objetivo de ser um espaço de empoderamento e protagonismo feminino, gerar renda de maneira alternativa e cuidar do meio ambiente. Dentro dos princípios da economia solidária, a cooperativa fabrica produtos de limpeza ecológicos, tendo como matéria prima óleo de cozinha reciclado. Oito mulheres participam da cooperativa e são elas que fazem a gestão. A gestão do projeto e as ações de compartilhar experiências e conhecimento em outros espaços resultaram no empoderamento das mulheres e num avanço na gestão democrática com justiça de gênero. A compra de equipamentos e a adequação do espaço qualificaram o processo produtivo, melhoraram as condições de trabalho e a produtividade e levaram à reorganização do processo produtivo e elaboração de um novo modo de trabalho. Foi criada uma ferramenta de gestão, o planejamento semanal e mensal da produção, e houve definição do papel específico de cada cooperada. O resultado foi o aprofundamento da prática dos princípios da economia solidária como responsabilidade compartilhada e autogestão. A melhoria nas condições de trabalho motivou a vontade das mulheres de chegar ao trabalho, gerando uma atitude de satisfação e de empoderamento. Com a melhoria na produtividade, tiveram mais tempo para dedicar à divulgação e difusão do trabalho, assumindo um papel mais ativo nas redes e espaços de comercialização. Como resultado, houve um aumento na comercialização e na renda das cooperadas. A melhoria no produto também se reverteu no empoderamento, pelo orgulho de saber que estão vendendo um bom produto. A cooperativa integra a Rede de Comércio Justo e Solidário e participa nas feiras e encontros promovidos. Em 2017 e 2019, as mulheres da cooperativa participaram no V e VI Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião em São Leopoldo, nas feiras e em rodas de diálogo, apresentando o trabalho da cooperativa e a importância para a autoestima e promoção da justiça de gênero.

Projeto Protagonismo feminino, preservação ambiental e consumo responsável - Cooperativa Mundo Mais Limpo, São Leopoldo/RS

Justiça econômica é o anúncio de transformação social, significa o direito e a capacidade de todas as pessoas viverem livres de pobreza, de forma justa, humana e digna. Justiça econômica promove uma economia a serviço do bem comum, voltada para atender as necessidades e demandas das pessoas e comunidades, compartilhando recursos existentes na sociedade de maneira equitativa, promovendo a participação plena e ativa de todas as pessoas nos processos de tomada de decisões. Uma economia que respeita todas as formas de vida, que seja economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável. Uma economia voltada para o bem comum promove o acesso à água, alimentação saudável, educação, habitação, saúde, trabalho e renda para todas as pessoas, garantindo a equidade social e a justiça de gênero. A atuação da FLD na área de justiça econômica é baseada na diaconia transformadora. Diaconia é uma ação amorosa que mobiliza para reflexão e elaboração de estratégias de transformação, promovendo ações coletivas de empoderamento, dignidade, protagonismo e comunhão entre pessoas, grupos e organizações, na superação das desigualdades.

O Programa de Pequenos Projetos busca promover, por meio da área temática de Justiça Econômica, a economia popular solidária como uma estratégia de transformação social. A economia popular solidária é uma economia comprometida com a vida. Refere-se às formas de produção e de troca que visam atender as necessidades humanas e expandir as capacidades das pessoas envolvidas, por meio de relações sociais baseadas na cooperação e solidariedade. As iniciativas de economia popular solidária têm como objetivo a sustentação da vida das pessoas trabalhadoras e suas famílias. Os princípios que orientam os empreendimentos econômicos solidários são cooperação, gestão democrática, viabilidade econômica



associativa e solidariedade. Na economia popular solidária, são construídas relações equitativas de produção e distribuição de bens, valoração e remuneração justa, promoção de relações de confiança, transparência e proximidade entre quem produz e quem consome, adoção de práticas de consumo responsável, comprometido com o uso sustentável da biodiversidade, os direitos humanos e a justiça de gênero. A economia popular solidária promove a não geração, redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos; e abrange diversos setores como alimentação, artesanato, confecção, reciclagem e serviços.

Rede de Comércio Justo e Solidário

O apoio a projetos de economia popular solidária e a identificação do desafio da comercialização resultou em 2012 na criação da Rede de Comércio Justo e Solidária. A Rede é uma articulação de empreendimentos econômicos solidários que atuam com alimentação, artesanato, confecção, reciclagem e prestação de serviços. Processos de formação visam o fortalecimento dos empreendimentos com foco na sustentabilidade e gestão democrática com justiça de gênero. Processos de articulação, na qual duas áreas temáticas da FLD se envolvem, justiça econômica e diaconia, aproximam e criam laços de solidariedade entre empreendimentos econômicos solidários e comunidades e grupos ligados à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), promovendo o comércio justo e o consumo responsável.

Há uma interação entre a Rede de Comércio Justo e Solidário e o Programa de Pequenos Projetos. Empreendimentos apoiados pelo Programa integram a Rede, os processos de formação promovidos pela Rede fortalecem os empreendimentos, novos apoios aos empreendimentos qualificam os processos de produção e comercialização coletiva, e novos grupos apoiados pelo Programa ampliam a Rede. Os empreendimentos que integram a Rede são oriundos dos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O apoio a empreendimentos econômicos solidários, por meio do Programa de Pequenos Projetos, também tem sido focado na região sul do Brasil.

Apoio a projetos de economia popular solidária

No período de 2017 a 2019, foram apoiados 45 projetos na área de justiça econômica, 37 projetos foram selecionados e apoiados por meio de três editais, 8 projetos foram apoiados de forma pontual. O público dos projetos, aprovados por meio de editais, em sua maioria (70%) é composto por mulheres.

Cada edital teve um enfoque temático e um público específico. O edital de 2017 apoiou projetos de empreendimentos econômicos solidários visando o fortalecimento dos empreendimentos, principalmente nas áreas de estruturação, formalização e qualificação para a gestão democrática

e comercialização via comércio justo e solidário. Foram apoiados projetos com valor máximo de apoio de R\$ 15.000,00, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Frente ao contexto de desmonte de políticas públicas, o edital de 2018 apoiou projetos de articulação, mobilização e incidência de fóruns e redes de economia solidária. Os projetos atendiam pelo menos um dos seguintes aspectos: processos de formação sobre a conjuntura política, econômica e social, processos educativos de reflexão sobre o atual padrão de produção e consumo e de construção coletiva de conhecimento sobre economia solidária, comércio justo e consumo responsável, articulações e mobilizações de resistência frente às violações e retirada de direitos e processos de incidência política, e fortalecimento de redes e fóruns engajadas na defesa e promoção de economia solidária, justiça de gênero e democracia. Foram apoiados projetos de fóruns e redes de economia solidária de âmbito intermunicipal, estadual, interestadual e nacional em todo o território nacional. Os valores variaram entre R\$ 15.000,00 e R\$ 30.000,00, dependendo do âmbito de atuação.

Em 2019, o edital apoiou ações de fortalecimento das mulheres de empreendimentos econômicos solidários por meio de atividades de formação e incidência, tendo em vista a justiça de gênero, o acesso às políticas públicas, e a participação plena e efetiva na gestão dos empreendimentos e nos espaços de controle social. Os projetos atendiam ao menos uma das seguintes iniciativas: formações sobre gestão democrática e justiça de gênero, direitos sociais e políticas públicas, ou ações de articulação e fomento a processos de incidência política para a efetivação de políticas públicas de economia solidária e da política nacional de resíduos sólidos. Foram apoiados projetos de âmbito intermunicipal e estadual, executados por entidades de apoio e fomento à economia solidária e por coletivos feministas, no valor máximo de R\$ 15.000,00, em todo o território nacional.

Avanços e desafios na gestão democrática com justiça de gênero

A ênfase de apoio a projetos na área de justiça econômica foi no fortalecimento da gestão democrática com justiça de gênero de empreendimentos econômicos solidários. A gestão democrática com justiça de gênero compreende processos coletivos de participação efetiva de mulheres e homens na tomada de decisões estratégicas e cotidianas.

Dos dez projetos de empreendimentos econômicos solidários apoiados em 2017, oito (80%) contribuíram para a estruturação dos empreendimentos, um projeto contribuiu para a qualificação profissional. Em sete empreendimentos isso resultou na qualificação da produção, e em seis empreendimentos o resultado foi a qualificação da comercialização.

Nove empreendimentos (90%) avançaram na gestão democrática, todos mencionaram que

a gestão coletiva do projeto fortalece a prática da gestão democrática. Para a maioria dos empreendimentos, foi o primeiro projeto executado diretamente pelas pessoas associadas. Em cinco empreendimentos, foram desenvolvidas novas ferramentas de gestão, como planilhas de administração, regimento interno e planos de viabilidade econômica. Três empreendimentos, integrantes da Rede de Comércio Justo e Solidário, participaram do curso de viabilidade econômica e gestão democrática, que contribuiu para a gestão democrática.

Sete projetos (70%) contribuíram com a promoção da justiça de gênero. O principal resultado foi a participação ativa das mulheres na gestão do projeto e do empreendimento. Outros resultados mencionados foram o empoderamento das mulheres envolvidas, melhoria na autoestima e a autonomia financeira.

Os projetos de fóruns e redes, apoiados em 2018, contribuíram para a gestão democrática. Treze projetos, dos quatorze apoiados (93%), mencionaram a qualificação da gestão democrática das redes e fóruns. A maioria dos fóruns de economia solidária é composta por empreendimentos econômicos solidários e por entidades de apoio e fomento à economia solidária. A gestão compartilhada do projeto resultou em processos de aprendizagem, com desdobramentos em outros espaços, como organização de feiras de economia solidária inteiramente por empreendimentos econômicos solidários, compras coletivas de insumos por empreendimentos, fundos rotativos geridos por empreendimentos, gestão administrativa de redes e fóruns assumido por empreendimentos. Dessa forma, a maioria dos projetos tiveram como resultado a capacidade aumentada dos empreendimentos econômicos solidários para exercer a gestão de fóruns e redes.

Diversos projetos mencionaram como resultado avanços na comercialização em rede. Outro destaque é para a criação de novas ferramentas de gestão dos fóruns e redes, mencionado por nove projetos, tais como: regimentos internos de fóruns e conselhos de economia solidária, diagnósticos participativos, planejamentos estratégicos, planos de ação, planos de viabilidade, grupos de trabalho, comissões organizadoras de plenárias e feiras, mecanismos de mobilização de recursos e uso de plataformas digitais e redes sociais para reuniões e articulações. As novas ferramentas contribuíram para o aprofundamento da gestão democrática de redes e fóruns.

Onze dos quatorze projetos apoiados em 2018 (79%) contribuíram com a promoção da justiça de gênero. Entre os avanços mencionados estão participação ativa das mulheres na gestão

"A finalidade desses encontros é gerir os demasiados desafios enfrentados nas padarias comunitárias, visando melhor compreender as condições demandadas e que precisam ser atendidas. Esses encontros almejam atingir o nosso maior objetivo, a sustentabilidade. Soma-se a essas finalidades a qualificação das equipes em termos de gestão e comercialização. O trabalho é praticado sempre em grupos".

Projeto Rede Padarias Comunitárias
Fermento na Massa, Associação das Padarias e
Cozinhas Comunitárias Fermento na
Massa - Curitiba/PR

“Foi muito importante ter um espaço para conversarmos sobre nossos problemas no dia a dia, por vezes não temos onde colocar essas questões, guardamos conosco. Também discutimos questões sobre autoestima, os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, a divisão do trabalho doméstico, e violência de gênero”.

Projeto Costurando renda e sonhos na Fronteira Brasil-Uruguai, Associação Santanense de Costureiras e Artesãs – Santana de Livramento/RS.

do projeto e na coordenação dos fóruns e redes, ampliação da atuação das mulheres em processos de incidência, autonomia econômica das mulheres integrantes dos empreendimentos e melhor compreensão de justiça de gênero. Um projeto mencionou a criação de um grupo de trabalho sobre economia solidária e feminismo. Outro, mencionou formação em comunicação não violenta, contemplando justiça de gênero, abordando o tema da masculinidade tóxica e a necessidade de debate sobre as masculinidades, para avançar na justiça de gênero. Um fórum estadual relatou que a política de justiça de gênero da FLD orientou a realização da plenária estadual, a comissão organizadora monitorou junto às e aos participantes e garantiu o direito à participação de todas as pessoas.

Em 2019 foram apoiados doze projetos de mulheres de empreendimentos econômicos solidários. Todos os projetos avançaram na gestão democrática com



justiça de gênero. O foco do edital era na justiça de gênero em processos de gestão democrática e de incidência. O fortalecimento da prática de gestão democrática com a efetiva participação das mulheres na gestão do projeto está presente em todos os projetos. Metade destes relatou a criação de novas ferramentas de gestão, como conselho gestor, regimentos internos, planos de gestão e planilhas de gestão administrativa-financeira.

Todos os projetos relataram avanços na justiça de gênero e a realização de processos de formação sobre justiça de gênero, com capacitações, rodas de conversas, oficinas e momentos de reflexão. Vários projetos promoveram atividades artísticas e culturais.

Atividades de cuidado afetivo das mulheres consigo mesmas e umas com as outras também foram mencionadas como estratégias de fortalecer a sororidade. A importância da autonomia econômica das mulheres que participam nos empreendimentos foi mencionada em diversos projetos, também como

A importância das atividades culturais é mostrada nos depoimentos do projeto Periferia Sobrevive, do Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo: "meu território não tem acesso à cultura e eu nem sabia que isso é um direito", e do projeto Filhas da Luta: empoderamento das catadoras de materiais recicláveis por meio da música, do Instituto Lixo e Cidadania de Curitiba: "o projeto propiciou o acesso à arte, cultura e lazer como direitos constitucionais aos quais, historicamente, homens têm maior acesso e possibilidade de trânsito do que mulheres, especialmente nas periferias".



"Aprendemos que temos que resistir para continuar a existir e, também, a valorizar o que é nosso por direito, as lutas e o trabalho digno e honrado que vêm através de muitas batalhas e o quanto somos mais fortes unidas para lutar pelos nossos espaços públicos."

Projeto Mulheres Construindo Gestão Democrática nos empreendimentos Econômicos Solidários, Projeto Ramá - Recife/PE.

"Poder está nas pessoas que a gente se tornou hoje. Tem dias que a gente se explode de tanto orgulho da gente".

Projeto Mulheres em (cri)Ação na Economia Solidária: cooperar, resistir e inventar, Movimento do Graal no Brasil - Belo Horizonte/MG.

uma das estratégias de enfrentamento da violência doméstica. A participação em processos de incidência foi mencionada na maioria dos projetos, que fomentaram o protagonismo e a autonomia das mulheres, como estratégias de promoção da justiça de gênero.

Dos 37 projetos apoiados por editais no período de 2017 a 2019, 91% avançaram na gestão democrática e 82% promoveram a justiça de gênero.

No acompanhamento aos projetos dos empreendimentos econômicos e solidários e fóruns e redes são constatados os desafios para aprofundar a gestão democrática. A maioria dos projetos demorou muito para ser executado, projetos com duração de um ano levaram dois ou três anos para serem desenvolvidos. Outro desafio é a elaboração dos relatórios narrativos, principalmente dos empreendimentos, que muitas vezes são enviados com poucas informações. A prestação de contas e elaboração de relatórios financeiros por vezes gera dúvidas, principalmente pelos empreendimentos. Dessa forma, foi identificada a necessidade de formação em gestão de projetos, avaliação e sistematização dos resultados e prestação de contas.

A Política de Justiça de Gênero da FLD é um subsídio para os projetos para avançar na promoção da justiça de gênero. Nos projetos apoiados, é constatado o avanço na justiça de gênero, também fica evidente o desafio para discutir relações justas de gênero e incorporar temas como masculinidades.



1



2



Avanços e desafios nos processos de incidência e redes

Outra ênfase de apoio a projetos na área de justiça econômica, principalmente no ano de 2018 foi na articulação de redes e fóruns de economia solidária e no fomento a processos de incidência política. Incidência compreende um conjunto de atividades estratégicas para influenciar processos de tomada de decisões sobre políticas públicas, leis, regulamentos, normativos e estruturas, com o objetivo de abordar as causas fundamentais de injustiça. Compreende atividades como pesquisas, campanhas, eventos públicos, grupos de pressão, participação em fóruns da sociedade civil e participação em conselhos de direitos. Nos conselhos é exercido o controle social, nas dimensões de formulação, deliberação, monitoramento, avaliação e financiamento das políticas públicas, bem como a garantia dos direitos humanos, em âmbito federal, estadual e municipal. É fundamental que nos processos de incidência seja garantida a participação plena e efetiva das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão.

Nos projetos de empreendimentos econômicos solidários, apoiados em 2017, o foco não esteve nos processos de incidência. Entretanto, quatro empreendimentos (40%) mencionaram no relatório o envolvimento ativo em espaços de articulação, principalmente em fóruns municipais de economia solidária.

Os quatorze projetos de fóruns e redes, apoiados em 2018, tiveram como principal foco fortalecimento de processos de articulação e incidência, e todos os projetos alcançaram resultados nessa área. Dez projetos mencionaram o fortalecimento de fóruns municipais, regionais e estaduais de economia solidária. Quatro projetos mencionaram o fortalecimento de redes de economia solidária e juventudes, agroecologia e consumo responsável. Vários projetos mencionaram a criação de novos fóruns municipais ou regionais de economia solidária. Diversos fóruns ressaltaram uma ampliação do público com maior diversidade, com a participação da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e povos indígenas. Grupos que antes não se reconheciam como economia solidária estão participando nos fóruns, o que resultou também numa aproximação do público urbano e rural. Maior articulação com outras redes e fóruns, como fundos solidários, bancos comunitários e comissões de alimentação livre de agrotóxicos, e o envolvimento na discussão e preparação da VI Plenária Nacional de Economia Solidária também foi mencionado.

Outro resultado, dos fóruns e redes, é o envolvimento em processos de reivindicação de políticas públicas, mencionado em onze projetos. Os processos envolvem participação em conselhos municipais e estaduais de economia solidária, segurança alimentar e meio ambiente, e cobrança e pressão sobre o poder público para efetivação de políticas públicas de apoio e fomento à economia solidária. Como resultado dos processos de reivindicação, foram relatados a criação e consolidação de leis municipais de economia solidária, efetivação de cadastros estaduais de empreendimentos econômicos solidários (CADSOL), promoção de feiras municipais de economia solidária, apoio do poder público para processos de formação, doação de equipamentos para empreendimentos e aprovação em lei de políticas es-

"A incidência tem sido no sentido de assegurar os direitos e os recursos conquistados, em um contexto de desmobilização e desconstrução da participação social nas decisões públicas."

Projeto Apoio técnico e suporte estratégico à coordenação executiva do FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária – Brasília/DF

taduais de economia solidária. Quatro fóruns mencionaram reuniões com frentes parlamentares de apoio à economia solidária, a nível nacional e estadual e articulação de emendas parlamentares de apoio e fomento à economia solidária. Um projeto mencionou o desenvolvimento de novas ferramentas de articulação e incidência, como a criação do observatório de políticas públicas da economia solidária da região Centro-Oeste, tendo sido já realizado a compilação de dados relativos às políticas públicas de economia solidária da região.

A grande maioria (80%) dos projetos apoiada em 2019, de mulheres de empreendimentos econômicos solidários, teve avanços nos processos de incidência e redes. Na maioria foi mencionada a atuação das mulheres em fóruns de economia solidária, reciclagem, segurança alimentar e agroecologia. Dois projetos mencionaram a criação de grupos de trabalho, de mulheres e de gênero, em fóruns. Três projetos mencionaram ações de cobrança do poder público, municipal e estadual, para a efetivação de políticas públicas de economia solidária e reciclagem. Um projeto relatou como resultado do projeto a parceria com prefeituras e universidades para continuidade de processos de formação para mulheres jovens negras.

Entre os 37 projetos apoiados por editais no período de 2017 a 2019, 77% dos projetos contribuiu em processos de incidência.



Os projetos foram desenvolvidos num contexto de crise econômica, dismantelamento de políticas públicas na área de economia solidária e fragilização de conselhos. Esse contexto traz grandes desafios para os empreendimentos econômicos solidários em termos de viabilidade econômica e sustentabilidade e para os fóruns e redes na defesa de programas de apoio e políticas de fomento. Vários projetos relataram a importância do apoio para dar visibilidade a articulações e empreendimentos econômicos solidários, para demonstrar o potencial do trabalho associado diante da crise econômica. Frente ao contexto de desmonte de políticas públicas o apoio por meio do Programa de Pequenos Projetos foi relevante para a articulação e fortalecimento dos fóruns estaduais e regionais de economia solidária. As estratégias de articulação e incidência nesse contexto são baseadas na resistência e voltadas para assegurar direitos conquistados.

Nos projetos apoiados em 2019, fica evidenciada a importância da participação efetiva das mulheres nos processos de incidência. Há uma interação, a participação nos espaços de incidência fortalece a autoestima e autonomia individual e coletiva das mulheres, ao mesmo tempo, a participação das mulheres nessas instâncias qualifica o debate e os processos de controle social e de formulação de políticas públicas, incluindo pautas relacionadas às necessidades e demandas das mulheres.

Aprendizagens, desafios e perspectivas na área de justiça econômica

Uma das lições aprendidas para o Programa de Pequenos Projetos é que a intencionalidade no apoio a pequenos projetos no período de 2017 a 2019, focado no fortalecimento da gestão democrática com justiça de gênero e de processos de incidência, possibilita o fomento a mudanças e facilita a verificação de resultados do conjunto dos projetos apoiados. O apoio aos projetos nesse período demonstrou avanços efetivos na gestão democrática com justiça de gênero de empreendimentos econômicos solidários, fóruns e redes de economia solidária. Também demonstrou avanços nos processos de incidência política, principalmente dos projetos apoiados em 2018 e 2019. A perspectiva para o próximo período é continuar fomentando processos de gestão democrática com justiça de gênero voltados para empreendimentos econômicos solidários e fóruns e redes de economia popular solidária por meio do Programa de Pequenos Projetos.

Outra aprendizagem é que a gestão compartilhada dos projetos por empreendimentos e coletivos de empreendimentos, envolvendo principalmente as mulheres, é uma ferramenta efetiva de fortalecimento da gestão democrática com justiça de gênero. A gestão coletiva dos projetos resulta em processos de aprendizagem acerca da gestão democrática. Frente ao desafio identificado da fragilidade dos empreendimentos na elaboração dos relatórios narrativo e financeira e na prestação de contas, a perspectiva para o próximo período é elaborar subsídios e oferecer processos de capacitação em gestão de projetos.



O contexto de retirada de direitos e desmonte de políticas públicas na área de economia solidária e a fragilização de conselhos de economia solidária significa a desarticulação da intervenção da sociedade civil nos espaços de elaboração e controle social de políticas públicas. Esse contexto afeta diretamente a viabilidade econômica dos empreendimentos econômicos solidários, bem como sua capacidade de gerar renda e coloca grandes desafios para os fóruns e redes de economia popular solidária para assegurar políticas públicas, programas de fomento e direitos conquistados. Para o próximo período, a perspectiva é apoio para a sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários articulados em rede, e apoio a processos de articulação e incidência de redes e fóruns de economia popular solidária.

Referências:

- EMMERT, Graziella Costa; ZEELAND, Angelique J. W. M. van, Rede de Comércio Justo e Solidário: Aprendizagens coletivas. In: VIANNA, André L.(org.), Economia solidária e o mundo do trabalho: aprender e ensinar. Novo Hamburgo: Feevale, 2015, p. 73-94.
- Juventudes e Economia Solidária, Palavr@ção 48, IECLB, 2020. Disponível em: <https://fld.com.br/portfolio/palavrcao-juventudes-e-economia-solidaria-48/>
- ZEELAND, Angelique J. W. M. van, Economia solidária, diaconia e desenvolvimento transformador: Por mudanças significativas e duradouras. São Leopoldo: Oikos, FLD, 2014. Disponível em: <https://fld.com.br/wp-content/uploads/2019/07/economia-solidaria-diaconia-e-desenvolvimento-transformador.pdf>
- ZEELAND, Angelique J. W. M. van, O papel das organizações baseadas na fé no desenvolvimento transformador: rede de comércio justo e solidário: interface entre comunidades da igreja e organizações da economia solidária. Anais In: 3º Simpósio Sul da Associação Brasileira de História das Religiões, Anais, Florianópolis, ABHR, 2017, p.365-371.
- Página da Rede de Comércio Justo e Solidário: www.comerciojustofld.com.br

Legendas das fotos

- Página 56 - 1| Protagonismo feminino, preservação ambiental e consumo responsável: consolidação do trabalho da Cooperativa Mundo Mais Limpo - Cooperativa de Trabalho Mundo Mais Limpo (São Leopoldo/RS, 2017)
- Página 62 - 1| Costurando renda e sonhos na Fronteira Brasil-Uruguaí - COSTU'ART - Associação Santanense de Costureiras e Artesãs (Santana do Livramento/RS, 2017)
- Página 63 - 1| Filhas da Luta: Empoderamento das catadoras de materiais recicláveis por meio da música - Instituto Lixo e Cidadania - ILIX (Curitiba/PR, 2019)
- Página 64 - 1|2| Mulheres em (cri)Ação na Economia Solidária - cooperar, resistir e inventar - Movimento do Graal no Brasil - GRAAL (Belo Horizonte/MG, 2019)
- Página 66 - 1| Apoio técnico e suporte estratégico à Coordenação Executiva do FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Brasília/DF, 2018)
- Página 69 - 1|2|3| Rede Ecosol Vale do Mucuri - Associação Aprender Produzir Juntos - Fórum Regional de Economia Solidária do Vale do Mucuri (Teófilo Otoni/MG, 2018)

Angelique van Zeeland

Economista, doutora em Economia do Desenvolvimento, assessora programática da FLD no acompanhamento a projetos na área de Justiça Econômica e da Rede de Comércio Justo e Solidário.

Projeto Rede Ecosol Vale do Mucuri

O projeto do Fórum Regional de Economia Solidária do Vale do Mucuri, em Minas Gerais, promoveu cinco oficinas microrregionais com a participação de 80 grupos de artesanato, confecção, agricultura familiar, artesanato indígena e quilombola. O público total do projeto foi de 515 pessoas, sendo 325 mulheres (63%) e 144 jovens (28%). O resultado foi o fortalecimento do fórum regional com a participação ativa de membros dos fóruns e comitês municipais. O projeto possibilitou uma maior participação do público da região com maior diversidade, envolvendo comunidades indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos da reforma agrária. A gestão democrática do fórum foi fortalecida, houve uma mudança estrutural da coordenação do fórum e maior comprometimento das pessoas integrantes. As feiras de economia solidária foram organizadas integralmente por empreendimentos econômicos solidários. Durante o projeto, foram criadas ferramentas de gestão democrática como construção do regimento interno e revisão do planejamento estratégico e plano de ação. Foram desenvolvidos novos mecanismos de organização e comercialização conjunta, como a criação do Comitê Gestor da Central de Comercialização Solidária do Vale do Mucuri. Outro destaque é para o avanço da articulação e incidência. O projeto fortaleceu o fórum regional e contribuiu para a criação de quatro novos fóruns municipais de economia solidária e nove comitês municipais. Em cinco municípios, a lei municipal de economia solidária está em fase de consolidação. O fórum auxiliou na elaboração do regimento interno do Conselho Municipal de Economia Solidária no município de Teófilo Otoni. Justiça de gênero foi um dos temas principais trabalhados nas cinco oficinas microrregionais, promovendo debates e reflexões. Houve participação do Conselho Municipal da Mulher e do Centro Regional de Defesa dos Direitos Humanos. A roda de diálogo promovida pela Nem Tão Doce Lar com mulheres de empreendimentos econômicos solidários do fórum debateu a relação entre Diaconia Transformadora e Economia Solidária. A economia popular solidária foi apresentada como proposta de empoderamento feminino na superação das violações, especialmente a violência doméstica e familiar com predominância da violência patrimonial.

Projeto Rede Ecosol Vale do Mucuri – Associação Aprender Produzir Juntos – Fórum Regional de Economia Solidária do Vale do Mucuri, Teófilo Otoni/MG





DIREITOS: AÇÕES COLETIVAS EM CAMINHOS TRANSFORMADORES

Julia Rovena Witt | Rogério Oliveira de Aguiar | Cibele Kuss

“Desafio foi lidar com o medo e insegurança do que iríamos encontrar em Brasília, local de concretização da Marcha das Margaridas, impulsionado pela narrativa que criminaliza os movimentos sociais. Todavia, a partir das várias rodas de diálogos (...) e o encontro das várias mulheres e sua diversidade, esse se transformou em um motivador, desafiando todas nós a rompermos com esse cenário. (...) Isso foi bem significativo no MMTR-NE, inspirando a construção da nossa faixa de 7 metros, com a frase “Medo nós tem, mas não usa”, de Margarida Alves, puxando toda a delegação de 350 mulheres do Movimento.”

Projeto Mulheres rurais em marcha por nenhum direito a menos, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), Caruaru/PE

Direitos Humanos e Diaconia Transformadora

Direitos Humanos e Diaconia Transformadora são conteúdos e práticas entrelaçadas. Porque assumem causas, posicionamentos, engajam-se em defesa da justiça, da paz e das diversidades. Assim como a luta por direitos humanos não tem fronteiras, igualmente a diaconia de Jesus significou um caminhar em todos os territórios, para todas as pessoas, sempre articulando amor, fé e direitos humanos. Não é possível dissociar as ações diaconais transformadoras da luta por direitos e pela superação de todas as formas de exclusão e desigualdades. Dessa forma, fazer o debate sobre a permanente luta por direitos requer aproximação e envolvimento com temas centrais no campo da dignidade humana de forma interseccional. Falar sobre vida digna para todas as pessoas significa

Projeto Transformação na ação: construindo estratégias de Resistência LGBT

O Movimento LGBT Leões do Norte, organização de promoção e defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, atua em todo o estado de Pernambuco com foco na criação e apoio a coletivos, grupos, redes e fóruns LGBTs, para a incidência pública e o controle social. O grupo contribuiu para a construção de políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+. Um exemplo é a Lei municipal 16.780/2002 que pune discriminação por orientação sexual, no município de Recife e a Lei Estadual nº 12.876/2005, que dispõe sobre a elaboração de estatística sobre a violência contra os homossexuais. Com o apoio da FLD através do Programa de Pequenos Projetos (PPP), o Leões do Norte desenvolveu ações em 10 municípios pernambucanos, alcançando diretamente o número de 250 multiplicadoras e multiplicadores de direitos. Com isso, foram ampliados os espaços de participação de LGBTs em espaços de incidência por meio dos processos de formação que envolveram debates, rodas de diálogo, cursos e seminários e ações de Advocacy no interior do estado. Essa metodologia de descentralização das ações por meio da interiorização da luta por direitos, permitiu uma maior inserção de grupos no Conselho Estadual LGBT e uma maior qualificação na atuação do Fórum LGBT em Pernambuco.

Projeto Transformação na ação: construindo estratégias de Resistência LGBT - Movimento Gay Leões do Norte, Recife/PE

dialogar com os diferentes contextos sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos. Direitos Humanos são universais e precisam alcançar todas as pessoas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é um documento do qual mais de 193 países são signatários, entre eles o Brasil, que passou a integrar a ONU já em sua fundação, em 1945. Ao afirmar os direitos previstos nessa declaração, os países se comprometeram em defender os direitos previstos e garantir a sua aplicabilidade. Na prática, eles precisam ser permanentemente reafirmados e defendidos, como o direito à moradia, direito à liberdade, direito à segurança e direito à alimentação. Esses direitos também são reafirmados a partir da Constituição Federal (1988), como no artigo 1º - inciso III - que versa sobre a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do estado democrático de direito. O Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) consolida os alicerces do diálogo permanente entre Estado e sociedade civil. Reafirma o caráter laico do Estado, o combate às desigualdades, a erradicação da pobreza, a indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. O PNDH-3 reconhece como avanço a promulgação da lei 11.340 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, que tem como objetivo coibir a violência doméstica contra as mulheres e meninas, nos âmbitos doméstico e familiar, através da punição dos seus autores. Porém, reconhece que os avanços ainda são poucos diante da imensa violação de direitos existentes. Também foi criada a Comissão Nacional da Verdade, com a tarefa de apresentar à população brasileira informações sobre as violações cometidas por agentes do Estado na repressão a opositores, durante o período de ditadura militar no Brasil. Entretanto, até o momento, mais de 80% das propostas trazidas no seu relatório final não foram cumpridas ou foram acatadas somente parcialmente.

Das 29 recomendações apresentadas, apenas cinco foram efetivamente colocadas em prática. O vasto e importante conteúdo do PNDH-3 são referências importantes



para a efetividade dos direitos na relação com as políticas públicas, que ainda estão muito distantes de priorizar os temas fundamentais da universalidade do acesso, incluindo garantias de sua realização no orçamento público. O que se assiste é exatamente o contrário. Há uma destruição dos valores da democracia. Os mesmos setores que atacaram o PNDH-3 estão agora governando o país. A luta na defesa de direitos requer coragem, empatia, compromisso com a transformação de realidades de sofrimento, defesa da democracia, compromisso com a justiça social e com a justiça de gênero.

Violações de direitos no Brasil

As violações de direitos no Brasil são históricas e resultantes da construção social e cultural brasileira, alicerçada no regime escravocrata e racista. O Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravatura de pessoas negras (1888). Processo de abolição ocasionado por pressões políticas e comerciais que, sem reparação, resultou na exclusão da população negra com consequências sentidas até a atualidade. A propagação de uma falsa democracia racial e a prática do “racismo velado” são responsáveis pela naturalização da discriminação e do extermínio da juventude negra e periférica. Associado ao racismo, uma cultura machista e patriarcal coloca o Brasil no ranking dos países com maiores índices de feminicídios, ocupando o 5º lugar, e em 1º lugar no extermínio da população LGBTQIA+. Falar e atuar em direitos humanos no Brasil é desafiador, pois envolve denúncia e riscos constantes. É sempre um ato de coragem, porque há que se enfrentar as compreensões conservadoras e oportunistas sobre os direitos humanos que se tornaram ainda mais hegemônicas nos últimos anos, como a meritocracia, o punitivismo e a seletividade. Essa força ultra neoliberal faz uma narrativa perversa que coloca os direitos humanos contra os direitos humanos. Essa disputa de narrativa é muito difícil e necessária.

A concepção de parte da população sobre o tema é muitas vezes equivocada e tendenciosa, sem compreender de que se trata da defesa de garantia de condições de vida digna a todas as pessoas. O senso comum é fortalecido pela disseminação de notícias falsas (fake news), que propagam que direitos humanos são destinados unicamente a pessoas que cometeram algum delito ou crime. Desta forma, cria-se um distanciamento por parte da população no que se refere a debates voltados à luta por direitos. Movimentos populares, como o movimento negro, movimentos feministas, movimento LGBTQIA+, movimentos por direitos à terra e à moradia, são criminalizados, e defensoras e defensores de direitos humanos são perseguidos e mortos. O Brasil é signatário de muitos tratados e acordos internacionais voltados à superação das violências, mas é considerado um dos países mais perigosos para mulheres, para a juventude negra e para a comunidade LGBTQIA+. Isso evidencia que o mesmo Estado que deveria ser responsável por cumprir o seu papel de defesa e garantia de direitos, também atua como violador desses mesmos direitos.

Projeto Pé de Amora

A ONG Amoras atua desde 2017, na cidade de Alegrete – RS, na perspectiva do empoderamento feminino e acolhimento de mulheres e meninas em situação de violência. O trabalho tem como base a prática da empatia e da solidariedade ao desenvolverem ações de acolhimento e acompanhamento das mulheres em audiências no Fórum da cidade. Esse trabalho foi estendido à delegacia de polícia, onde os casos de violência doméstica são registrados. A organização conta com o apoio de mulheres que atuam como voluntárias frente às demandas apresentadas pelo contexto. Possuem parcerias locais como a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e com a Coordenadoria Regional de Saúde. O projeto desenvolvido com apoio da FLD, teve como foco o acolhimento, orientação, realização de oficinas profissionais, independência financeira e autoempoderamento das mulheres. A organização realizou diversas ações de conscientização, sensibilização e mobilização, entre elas a abertura da exposição Nem Tão Doce Lar e a realização de oficinas de formação para a rede municipal de apoio. Foram realizados acompanhamentos e acolhimentos nas audiências Maria da Penha no Fórum da cidade. No campo da incidência, o grupo se consolidou na incidência pública e na defesa dos direitos das mulheres na cidade de Alegrete.

Projeto Pé de Amora - Sorridade no fórum - Amoras ONG, Alegrete/RS





Contextos de atuação de movimentos sociais, coletivos e organizações da sociedade civil

O sucateamento e a precariedade das políticas sociais, extinção de secretarias e conselhos de direitos, criminalização dos movimentos sociais, tentativa de silenciamento das mídias de comunicação, crescente violência contra as mulheres e meninas, extermínio da população indígena e da juventude negra são situações que evidenciam um cenário perturbador no Brasil. As organizações da sociedade civil, movimentos sociais e coletivos que atuam com protagonismo pela consolidação de políticas públicas e no controle social, têm sido primordiais na realização de ações de defesa de direitos e na sensibilização e conscientização da população. Esse trabalho se dá de maneira contínua, nas ações diretas nos territórios e nos espaços deliberativos. Nesse contexto, ocorrem situações de conflito com as estruturas que sufocam e empurram as pessoas para a marginalidade. Existe a necessidade de permanente reafirmação dos Direitos Humanos, defesa da democracia, aplicabilidade das políticas públicas e o fortalecimento das organizações e grupos para que possam atuar na linha de frente, junto ao público beneficiário, em sua maioria pessoas que tiveram os seus direitos violados ou que não os acessa em sua integralidade.

Existe uma grande diversidade no campo da luta por direitos. Essa diversidade constitui um mosaico de temas e pautas que muitas vezes convergem e se complementam, e outros que, em outros momentos, encontram dificuldades de identificação imediata. A luta de povos indígenas, comunidade LGBTQIA+, população negra, coletivos de mulheres, pessoas idosas, juventudes, população em situação de rua e movimentos por direito à terra e à moradia, estão atreladas aos direitos humanos, cada uma com a sua especificidade, mas tendo em vista o desafio da interseccionalidade nas suas ações. O diálogo e a parceria entre os diferentes segmentos são fundamentais para que todas as dimensões dos direitos humanos sejam afirmadas, protegidas e garantidas. Toda essa diversidade se traduz em muitas e diversas formas de lutar por direitos. É em cada território que se desenvolve a capacidade crítica de identificar as desigualdades e desenvolver os jeitos de organizar e articular a luta popular, com o protagonismo de quem não se curva diante das atrocidades contra a vida, de quem faz da dor uma denúncia.

A área de Direitos na FLD

A área de Direitos na FLD foi criada enquanto área temática em 2010, a partir do apoio a projetos de educação popular. A partir de então, ficou muito mais evidente a necessidade de diálogo e aproximação entre as ações diaconais desenvolvidas pela FLD, e os trabalhos no campo da educação popular e direitos humanos, protagonizados pelos grupos e organizações apoiadas. Ser uma organização da sociedade civil com vínculo confessional requer um esforço ainda maior do ponto de vista operacional e identitário frente a um contexto de fundamentalismos religiosos e extremismos contra grupos e organizações da sociedade civil. Esse processo de aproximação se deu de forma gradativa e resultou em grandes aprendizados para a FLD.



Com o tempo, houve a necessidade de abertura de um edital voltado para apoio a essa diversidade de ações no campo dos direitos humanos. O edital específico, que contempla atividades com foco na defesa de direitos, permitiu que o apoio pudesse chegar a coletivos, movimentos e organizações em territórios onde havia pouca ou nenhuma presença da FLD. Houve um aumento significativo no número de projetos enviados por coletivos feministas e movimentos que atuam na defesa de direitos da população LGBTQIA+. Esses apoios e parcerias têm proporcionado à FLD o reconhecimento por parte de grupos e coletivos mais atuantes no campo da luta por direitos.

No período de 2017 a 2019, quatro editais com abrangência nacional foram disponibilizados. Os editais, com valores de apoio que variaram entre R\$ 10.000,00 a R\$ 30.000,00 reais, tinham como foco o fortalecimento de redes e espaços de formação popular, o fortalecimento do protagonismo e da participação das mulheres, além de ações mobilizadoras coletivas de superação das violências de gênero, com cunho misógino, racista, etnocêntrico, sexista e LGBTfóbico, através de formações de grupos de base na perspectiva da educação popular, a defesa da democracia, articulações regionais e nacionais e ações no campo da incidência política. Foram apoiadas 38 iniciativas, envolvendo um público direto composto em 63% por mulheres. Dentre os projetos pontuais, 32 ações foram apoiadas.

Dentre os temas apoiados, estiveram ações voltadas à defesa e garantia de direitos com foco na justiça de gênero, direitos da população LGBTQIA+ e formação em incidência, democratização da comunicação e fortalecimento de coletivos de comunicação protagonizados por mulheres, direitos de pessoas refugiadas e imigrantes, incidência em direitos humanos e superação da intolerância religiosa, fortalecimento e articulação de movimentos de mulheres, enfrentamento à violência doméstica, formação e incidência pelos direitos das mulheres, fortalecimento da organização das mulheres no campo, enfrentamento ao racismo, articulação de povos e comunidades tradicionais na defesa de direitos, fortalecimento da articulação de juventudes e de rede de ativistas da juventude negra na defesa de direitos, articulação e mobilização de mulheres camponesas, defesa de direitos de populações atingidas por megaprojetos, formação de defensoras populares.

Ações transformadoras e animadoras

“Às vezes um pequeno projeto como o desse tipo, pode desencadear processos mais significativos que outros maiores. Certamente as ações deste projeto, no mínimo, estimularam um ativismo mais consciente e ‘animado’ para entrar em 2020”. Projeto Combate ao Racismo: Fortalecer frentes de batalhas, Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA, Belém/PA.



As ações em pequenos projetos, mais localizadas e territorializadas, contribuem também para o fortalecimento das bases, em processos que se relacionam diretamente com suas realidades, suas vidas cotidianas, trazendo significado, pertinência à ação e mobilizando para processos transformadores. Os resultados alcançados por meio dos pequenos projetos apoiados na área de Direitos indicam uma diversidade de ações, modos de fazer e enfoques, que trazem contribuições importantes nos diversos territórios:

• **Fortalecimento de vínculos entre pessoas, grupos e organizações, integração interinstitucional e processos de articulação e incidência na defesa de direitos:**

As ações desenvolvidas possibilitaram o fortalecimento de vínculos em diferentes níveis e instâncias. Foram promovidos espaços de escuta, partilhas e troca de saberes que contribuíram para a ampliação do sentimento de pertencimento coletivo, das autonomias e no fortalecimento nas lutas conjuntas. O compromisso coletivo com as agendas de resistência e construção de estratégias, tanto em nível comunitário quanto mais amplificado, o compartilhamento de análises de conjuntura política e a articulação entre lideranças, favoreceu a organização interna de coletivos e grupos, a constituição e ampliação de redes na defesa de direitos de diversos segmentos sociais e a articulação de fóruns.



"Mediante esse retrocesso dos direitos das mulheres, é preciso retomar lutas que antes achávamos que já estavam conquistadas. E um dos caminhos a ser percorrido nessa luta é unir todas as forças das organizações, fóruns, movimentos sociais num todo; para que de fato possamos vencer esses desafios."

Projeto Mulheres em Rede pela garantia dos seus Direitos, Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, Afogados da Ingazeira/PE

Essa rede de relações foi também expandida por meio de parcerias e vínculos com organizações de defesa de direitos, sindicatos, instituições vinculadas ao âmbito do poder público, universidades, instituições jurídicas, como OAB, Defensoria e Ministério Público, além da interlocução com entidades da rede de apoio e acolhimento, como CAPS e Delegacia da Mulher. A partir desse fortalecimento das articulações e ampliação de vínculos, processos de incidência na defesa de direitos foram conduzidos, junto a prefeituras, secretaria municipal de direitos humanos, instâncias legislativas, FUNAI, MPF, além de reunião com ministras e ministros e acompanhamento de julgamento de processos no STF. Junto a isso, a participação em espaços de controle social e discussão e acompanhamento sobre políticas públicas, como conselhos municipais e estaduais e conferências. Como destacado por um dos grupos apoiados, as ações desenvolvidas contribuíram no sentido de "impactar em políticas de direitos humanos a partir da perspectiva do território".

• **Ações de formação e mobilização na defesa de direitos, análise de conjuntura, políticas públicas e justiça de gênero:**

Processos formativos realizados através dos projetos - encontros, oficinas, rodas de diálogo, seminários, exposições - foram espaços de debate sobre temas ligados à defesa e garantia de direitos das mulheres, do povo negro, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, de povos e comunidades tradicionais, das juventudes, da população LGBTQIA+, com aglutinamento de forças e da atuação coletiva. Análises de conjuntura trouxeram elemen-



tos atrelados ao contexto sociopolítico e econômico do país, como a questão da Reforma da Previdência e seus impactos sobre a vida das mulheres, o acirramento do conservadorismo, machismo, racismo e fascismo, a violência de gênero, a luta das juventudes e o extermínio da juventude negra.

Ações mobilizadoras, como marchas, caminhadas, visitas, acampamento e exposições artísticas deram visibilidade aos temas, chamando a atenção para o contexto de ameaças a retrocessos e pela defesa e garantia dos direitos já conquistados. Foram também importantes espaços e momentos de articulação e formação, tanto para os grupos que os promoveram quanto para as pessoas que neles tiveram envolvimento e engajamento.

• Fortalecimento do diálogo inter-religioso e defesa do Estado laico:

Fazendo frente ao racismo e à intolerância religiosa, e na defesa e afirmação da laicidade do estado, ações foram desenvolvidas por coletivos de diferentes denominações religiosas ecumênicas e inter-religiosas. Estas trouxeram em seu escopo debates sobre diálogo inter-religioso e valorização das expressões das religiões de matriz africana. Uma pesquisa sobre racismo religioso foi também desenvolvida, levantando dados e informações sobre atos de racismo religioso cometidos em terreiros por estados/regiões, grandes vítimas do acirramento da violência racial na atual conjuntura do país. Ações de incidência e mo-

“Que bom que sabemos que há mais pessoas que veem a realidade da mesma perspectiva e querem transformá-la.”

Relato trazido a partir da realização de Encontros Regionais de Mulheres Camponesas, Projeto Resistência, como enfrentar a perda de direitos?, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Ariquemes/RO



“Em decorrência de uma matriz de opressão baseada principalmente pelo racismo, as religiões e tradições de matriz africana têm sofrido ataques extremamente violentos no estado e no resto do país.”

Projeto XII Marcha Estadual pela Vida e Liberdade Religiosa, Comunidade Terreira Ilê Asé Iyemonjá Omi Olodô e Centro Espiritualista de Umbanda Cacique Tupinambá, Porto Alegre/RS

bilização pautando o tema da liberdade religiosa foram também conduzidas junto ao STF e por meio de marchas que chamaram a atenção para o tema.

Junto a esse debate, também o tema da justiça de gênero se fez presente em ações que pautaram interfaces entre a teologia feminista e políticas públicas e injustiças de gênero nas instituições sociais e religiosas.

• **Articulação e defesa de direitos de povos e comunidades tradicionais e de pessoas imigrantes:**

Ações desenvolvidas por coletivos de povos e comunidades tradicionais e organizações de apoio envolveram momentos de formação sobre mecanismos de defesa de seus direitos e fortalecimento da articulação entre comunidades. Encontros e assembleias conjuntas entre povos indígenas fortaleceram articulações regionais para a defesa de territórios tradicionais, havendo aprofundamento em espaços de diálogo e ação política conjunta no enfrentamento a ameaças e conflitos. Ações de incidência foram também realizadas junto a órgãos e instituições públicas, e ao STF, levando ao ajuizamento de ações civis públicas, em especial ao atendimento dos direitos à alimentação, saúde e educação.

Foram também realizadas ações de articulação, formação e mobilização frente a megaprojetos de hidrelétricas e mineração, além de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas), que afetam



1



2

territórios tradicionais. Houve o fortalecimento da articulação entre comunidades quilombolas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, na defesa dos territórios contra projetos que violam seus direitos consuetudinários, dando-se visibilidade ao tema por meio de audiências públicas e assembleia popular. As articulações e trocas proporcionadas levaram a uma ampliação das agendas de luta na defesa de direitos de povos e comunidades tradicionais.

Ações de projetos apoiados contribuíram também para a articulação de pessoas imigrantes, em atividades de formação, preparação para acesso ao mercado de trabalho, participação em espaços de proposição de políticas públicas, fortalecimento de processos organizativos e políticos na defesa de seus direitos e na visibilidade e valorização da cultura das populações imigrantes.

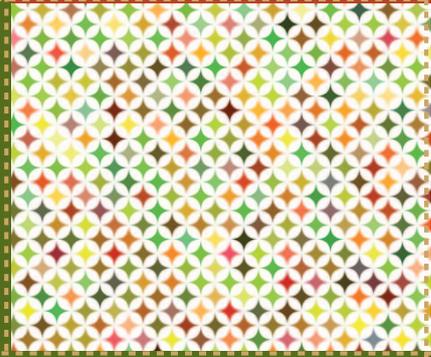
• Mobilização, visibilização e fortalecimento da luta antirracista e contra o extermínio da juventude negra:

Projetos com foco na luta antirracista e contra o extermínio da juventude negra promoveram espaços formativos, de construção coletiva de estratégias, de articulação política e de visibilidade da luta e valorização cultural. Ativistas negras e negros debateram acerca da

“Diante das ameaças ainda presentes no território das comunidades, o projeto também contribuiu no sentido de alertar e trazer novos elementos e desafios da conjuntura nacional para o debate e reflexões dos caminhos futuros que o MOAB pretende seguir. Por fim, trouxe fortemente como novo lema para o MOAB: Terra Sim! Barragem e MINERAÇÃO NÃO! Tornando-se então como nova agenda de resistência e luta a mineração para as comunidades do Vale do Ribeira.”

Projeto MOAB – Movimento dos Ameaçados por Barragens
– 30 anos de Resistência! Terra Sim! Barragem Não!
Território Sim! Mineração Não!, Movimento dos
Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira –
MOAB, Eldorado/SP







ampliação, difusão, mobilização e visibilização da luta antirracista e das possibilidades de pressão sobre o Estado para a redução das desigualdades sociorraciais e de gênero. O extermínio da juventude negra foi tema de atividades realizadas em campanha de mulheres negras e foco de ação de rede contra o genocídio, atuando na defesa da juventude negra e no enfrentamento à violência em decorrência do racismo, principalmente a violência de Estado, desenvolvendo estratégias de defesa comunitária junto às comunidades periféricas. Nessas comunidades, destaca-se a atuação de mulheres negras como ativistas nos territórios. Projetos promoveram igualmente articulação e envolvimento de mulheres negras em atos realizados em datas de luta, como o Dia Nacional da Consciência Negra.

• **Fortalecimento de coletivos e organizações LGBTQIA+, em ações de visibilidade e incidência por direitos:**

Projetos de coletivos e grupos LGBTQIA+ promoveram ações de formação em temas relacionados à defesa e garantia de direitos em seus territórios, fortalecendo o movimento LGBTQIA+ por meio de atividades que contribuíram para o reconhecimento das diversas identidades.

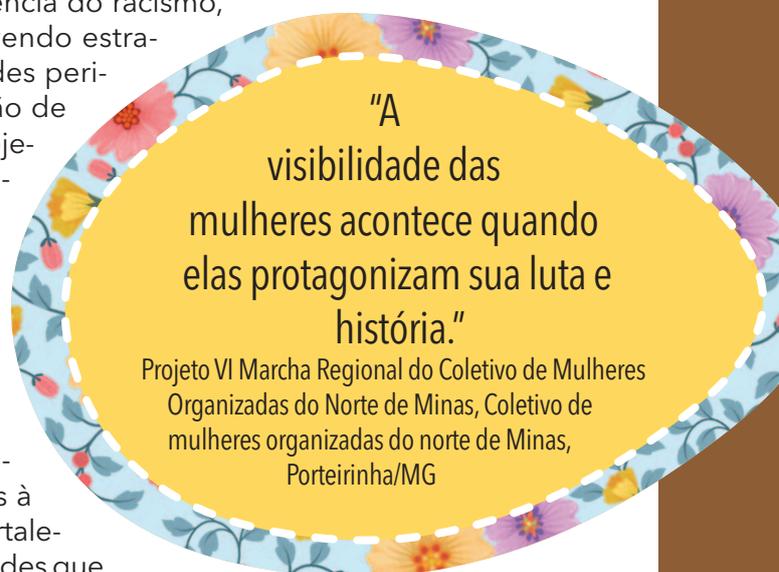
As articulações foram também interiorizadas, promovendo a formação e fortalecimento de redes e a ampliação de participação em espaços de participação e controle social, como conselhos municipais e estadual de políticas públicas LGBTQIA+, além de incidência junto a instâncias públicas como secretaria municipal de direitos humanos.

Ampliou-se a visibilidade da pauta LGBTQIA+ também em contextos rurais de assentamentos da reforma agrária e movimentos sociais, com a qualificação dos debates e fortalecendo a organização e a consolidação de coletivos LGBTQIA+.

• **Articulação e fortalecimento de coletivos de mulheres e de movimentos feministas:**

Coletivos e movimentos de mulheres urbanas e rurais, mulheres negras, mulheres lésbicas protagonizaram projetos que trouxeram para o debate temas que afetam diretamente as suas vidas, em diferentes territórios e contextos: consequências socioambientais do agronegócio e de megaprojetos, mulheres e agroecologia, participação em espaços de tomadas de decisão, atuação política, representatividade, políticas públicas, ameaça à democracia e a retirada de direitos, reforma da previdência, direitos sexuais e reprodutivos, violência contra a mulher, machismo, racismo.

As ações realizadas buscaram promover o fortalecimento da autonomia, dos grupos de base e de movimentos nacionais de mulheres, a organização de coletivos, de redes e também momentos preparatórios para a participação em atos históricos da luta das



mulheres, como a Marcha das Margaridas e as mobilizações que envolvem o 8 de março, através de jornadas, marchas e atos públicos, ampliando a articulação e a visibilidade das pautas e lutas feministas, especialmente diante de um contexto de desmontes e retrocessos que afetam diretamente a vida das mulheres. Além disso, também proporcionaram espaços de escuta, de trocas e de acolhimento.

Houve igualmente o fortalecimento de mulheres em coletivos de comunicação, dando visibilidade a pautas relacionadas às lutas na defesa de seus direitos, com a produção e compartilhamento de peças de comunicação e informação.

• **Ações de comunicação e elaboração de materiais:**

Em termos de comunicação, projetos realizaram a produção de peças de comunicação trazendo temas relacionados à violência de gênero e mulheres e direitos humanos; elaboração de materiais de sistematização e de formação, como cartilhas; publicação de





livro com a temática de gênero, população LGBTQIA+ e violência; elaboração de notas públicas e boletins. No âmbito da segurança digital, foi realizada oficina sobre questões do uso estratégico e seguro das ferramentas e redes sociais para mulheres ativistas. Houve a elaboração de documentário trazendo a trajetória de lutas por direitos de Marielle Franco, divulgado amplamente em diversos canais de comunicação. Também, o coletivo de mulheres comunicadoras atuantes em uma mídia colaborativa foi fortalecido.

A amplificação dos resultados alcançados por meio dos projetos deu-se igualmente por meio da comunicação em redes sociais e fanpages, que se constituíram em ferramentas importantes para a divulgação das ações desenvolvidas.

Defesa de direitos e Justiça de Gênero

O fortalecimento da Justiça de Gênero foi elemento perpassante por diversas ações. Nos contextos dos diferentes projetos, esta apareceu de forma transversal, promovendo debates, reflexões externas e internas aos grupos, também quanto à representatividade e inserção em espaços de gestão. Ações desencadearam a elaboração de novos projetos com foco na organização e articulação de mulheres. As pautas da diversidade, do protagonismo de mulheres e de pessoas LGBTQIA+, a busca pela superação do machismo e da violência contra as mulheres são prementes e urgentes, sendo trazidas pelos coletivos, grupos, organizações e movimentos sociais em suas frentes de atuação. Ainda, como destacado por um dos grupos apoiados, “uma mudança que percebemos foi a participação sistemática e protagonismo das mulheres e ativistas feministas nas pautas dos movimentos sociais em geral, puxando o debate e fazendo mobilizações de massa em torno do enfrentamento do fascismo, direitos e democratização dos meios de comunicação, além da maior participação em grupos e atividades culturais”. Ainda assim, persistem desafios postos no caminho a ser percorrido na execução de projetos que promovam autonomia e protagonismo, na busca pela construção de novas relações e de processos emancipatórios para mulheres e homens.

Perspectivas para novos caminhos

A área de direitos está em constante ampliação de temas e abordagens. Atuar no campo dos direitos humanos é dialogar com diferentes contextos e territórios. A perspectiva é de permanente apropriação de informações sobre os temas diversos que encontram acolhida nas organizações da sociedade civil, coletivos, movimentos e grupos. Diante da conjuntura política, econômica, social e cultural, onde as violações de direitos se tornam cada vez mais frequentes e naturalizadas, o fomento e apoio para iniciativas que garantam atividades de defesa da democracia, defesa dos direitos humanos, defesa da justiça de gênero e o respeito às diversidades, são muito importantes para a conquista de direitos.



Referências:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- CRUZ, Rubia Abs da. Violência de Gênero e suas Inersecionalidades. XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós Graduação - SEPesq, Centro Universitário Ritter dos Reis. 27/11 a 01 de dezembro de 2017. Disponível em: https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/1019/1210.pdf
- KUSS, Cibele (Org.). Fé, Justiça de Gênero e Incidência Pública: 500 Anos da Reforma e Diaconia Transformadora. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2017. Disponível em: <https://fld.com.br/wp-content/uploads/2019/06/fe-justica-de-generoLivro-PDF.pdf>
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. 70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos - dezembro de 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/aos-70-anos-declaracao-universal-dos-direitos-humanos-e-mais-importante-do-que-nunca/>
- ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. UNIC/Rio, Janeiro de 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>
- Quatro anos depois, Brasil ignora maioria das recomendações da Comissão da Verdade. Aos Fatos, 29 de março de 2019. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/quatro-anos-depois-brasil-ignora-maioria-das-recomendacoes-da-comissao-da-verdade/>
- RIOS, Roger Raupp. SILVA, Rodrigo da. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 11-37.
- Secretaria Especial de Direitos Humanos. Direito à Memória e à Verdade - Comissão espacial sobre mortos e desaparecidos políticos. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_memoria1_direito_verdade.pdf
- Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 3). Brasília, 2009. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/pp/a_pdf/pndh3_programa_nacional_direitos_humanos_3.pdf

Legendas das fotos

- Página 66 - 1| Rolê nas quebradas - Pautando o empoderamento das mulheres jovens - Centro de Comunicação e Juventude - Recife (Recife/PE, 2017)
- Página 70 - 1| Rolê nas quebradas - Pautando o empoderamento das mulheres jovens - Centro de Comunicação e Juventude - Recife (Recife/PE, 2017)
- Página 74 - 1| Pé de Amora - Sororidade no fórum - Amoras ONG (Alegrete/RS, 2018)
- Página 77 - 1| Rolê nas quebradas - Pautando o empoderamento das mulheres jovens - Centro de Comunicação e Juventude - Recife (Recife/PE, 2017)
- Página 77 - 2| Amélia Antenada em seus Direitos - As Outras Amélias - Amb (Porto Alegre/RS, 2018)
- Página 77 - 3| AMB: Articulando a Luta Feminista por Democracia e Direitos - Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB (Brasília/DF, 2018)
- Página 78 - 1| 8 de Março - Centro de Estudo e Pesquisa Ambiental na Agricultura Camponesa - CEPAC (Ouro Preto do Oeste/RO, 2018)
- Página 78 - 2| 12º Acampamento Estadual do Levante Popular da Juventude - Levante Popular da Juventude (Porto Alegre/RS, 2019)
- Página 79 - 1| Fortalecimento organizacional das instalações de incidência e impacto público - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC (Brasília/DF, 2018)
- Página 80 - 1| MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragens - 30 anos de Resistência! Terra Sim! Barragem Não! Território Sim! Mineração Não! - Movimento dos Ameaçados Por Barragens do Vale do Ribeira - MOAB (Eldorado/SP, 2019)
- Página 80 - 2| Fortalecendo redes de articulação e defesa dos direitos dos povos Avá-Guarani e Xetá no Paraná - Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental (CEPEDIS) (Curitiba/PR, 2019)

Página 81 - 1| Combate ao Racismo: Fortalecer frentes de batalhas - Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará-CEDENPA (Belém/PA, 2019)

Página 81 - 2| Justiça cidadã nos territórios: casos de violência institucional na Rede - Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio (São Paulo/SP, 2019)

Página 82 - 1|2| Transformação na ação: construindo estratégias de Resistência LGBT - Movimento Gay Leões do Norte (Recife/PE, 2019)

Página 82 - 3| Mulheres em Rede pela garantia dos seus Direitos - Associação da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú (Afo-gados da Ingazeira/PE, 2019)

Página 82 - 4| VI Marcha Regional do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas - Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas (Porteirinha/MG, 2018)

Página 82 - 5| Rede de Proteção dos Direitos às Mulheres do Campo: Mulheres Unidas Contra a Violência de Gênero - Comissão Pastoral da Terra - Regional Araguaia Tocantins (Araguaína/TO, 2018)

Página 82 - 6| Curso Regional Nordeste de Gênero, Agroecologia e Diversidade Sexual no MST - Associação de Cooperação Agrícola, Educação e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (Recife/PE, 2019)

Página 82 - 7|8| Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra - Instituto Nacional Para o Desenvolvimento Social e Cultural do Campo - Instituto do Campo (São Paulo/SP, 2019)

Julia Rovena Witt

Bióloga, mestre em Educação Ambiental, assessora de projetos no Programa de Pequenos Projetos da FLD.

Rogério Oliveira de Aguiar

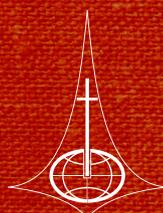
Teólogo, mestre em Teologia Prática, assessor de projetos na FLD e facilitador da exposição itinerante Nem Tão Doce Lar - metodologia diaconal de superação da violência doméstica e familiar.

Cibele Kuss

Teóloga e pastora luterana, secretária executiva da FLD.

A força e a potência da coletividade para os processos de transformação da sociedade são pulsantes nos mais diversos territórios, de sul a norte do país. Atravessam distâncias, percorrem caminhos, convergem ações. Na superação de contextos de violação de direitos, na defesa da sociobiodiversidade, na promoção da economia popular solidária, ali está a coletividade, construindo outros mundos possíveis. A multiplicidade de cores, texturas e grafismos estampam a pluralidade das ações coletivas de mulheres, juventudes, povos e comunidades tradicionais, movimentos e organizações sociais. Como em uma costura, na diversidade das tessituras e tramas que se cruzam e interconectam, são tecidas travessias transformadoras, nos diferentes contextos e territórios. É no reconhecimento da importância e da força das ações comunitárias e colaborativas para a transformação de realidades que está embasado o Programa de Pequenos Projetos da FLD.

Esta publicação está disponível para download, no formato PDF no site de FLD-COMIN-CAPA: <https://fld.com.br/publicacoes/>



Igreja Evangélica
de Confissão Luterana no Brasil